

La Taille, Yves de

Lilim

Moral e ética : dimensões intelectuais e afetivas / Yves de La Taille. — Porto Alegre : Artmod, 2006.  $150~\rm p.~;~23~cm.$ 

ISBN 978-85-363-0659-9

1. Moral – Psicologia. 2. Ética – Psicologia. I. Título.

CDU 159.9:17

Caralogação na publicação: Júlia Angst Coelho – CRB 10/1712

## 

Professor no Instituto de Psicologia da USP.

Reimpressão 2009



2006

Capa

Gustavo Macri

Preparação do original Alexandre Muller Ribeiro

Supervisão editorial Mônica Ballejo Canto

Projeto gráfico e editoração eletrônica Armasém Digital Editoração Eletrônica — remv

Reservados todos os direitos de publicação, em língua portuguesa, à ARIMED\* EDITORA S.A.

Av. Jerônimo de Ornelas, 670 - Santana 90040-340 Porto Alegre RS Fone (51) 3027-7000 Fax (51) 3027-7070

É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, forocópia, distribuição na Web e outros), sem permissão expressa da Editora.

SÃO PAULO Av. Angélica, 1091 - Higienópolis 01227-109 São Paulo SP Fone (11) 3665-1100 Fax (11) 3667-1333

.

SAC 0800 703-3444

IMPRESSO NO BRASIL PRINTED IN BRAZIL

Para Janick e Joël

## 

Minhas leituras, pesquisas e reflexões sobre a chamada psicologia moral—ciência preocupada em desvendar por que processos mentais uma pessoa chega a intimamente legitimar, ou não, regras, princípios e valores morais—levaram-me, ao cabo de praticamente duas décadas de trabalho, à necessidade de apresentar uma síntese dos dados que fui paulatinamente coletando e das idéias que fui pacientemente burilando. Muitos desses dados e idéias foram publicadas aqui e ali, seja em revistas científicas, seja em capítulos de livros, seja ainda em livros. Mas faltava-me escrever um texto no qual o eixo central de meu trabalho estivesse presente. É esse texto que, hoje, submeto ao leitor.

No primeiro capítulo, debruço-me sobre os conceitos de moral e ética, sendo que a primeira refere-se à dimensão dos <u>deveres</u>, e a segunda, sobre a dimensão da "vida boa", da "vida com <u>sentido</u>". Como o sublinharei várias vezes, a distinção que estabeleço entre moral e ética não é a única possível, mas creio firmemente que ela é essencial para a compreensão psicológica das condutas morais. Mais ainda: creio que nos permite articular, sem reduzi-las uma à outra, as dimensões intelectuais e afetivas presentes na moralidade.

No segundo capítulo, abordo a dimensão intelectual da ação moral, ou seja, o aspecto do *saber fazer*, ou, se quiserem, da competência cognitiva. Começo por sublinhar a impossibilidade de dissociação da razão e da moral. Em seguida, sublinho o fato de a moral ser um objeto de conhecimento social, objeto este que pode ser dividido em três grandes classes: as regras, os princípios e os valores. Na seqüência, abordo duas competências intelectuais necessárias ao juízo e à ação moral: o equacionamento e a sensibilidade morals. Fecho o capítulo falando do desenvolvimento do juízo moral, com destaque para as abordagens de Piaget e de Kohlberg.

O terceiro capítulo é dedicado à dimensão afetiva da ação moral, ou seja, à dimensão motivacional que corresponde ao *querer fazer*. Após insistir sobre o

### Yves de La Taille

awadh Enas

fato de que o dever moral corresponde a um certo tipo de volição, trato de duas fases do desenvolvimento afetivo da moralidade. A primeira corresponde ao que chamo de "despertar do senso moral". Nessa fase, destaco os sentimentos de medo, amor, simpatia, confiança, indignação e culpa. A segunda fase do desenvolvimento afetivo é aquela que chamo de "personalidade ética". Nela, é enfatizada a importância do sentimento de vergonha e seu papel na articulação entre moral e ética. Termino o capítulo com considerações a respeito das possibilidades e probabilidades de uma pessoa construir uma personalidade ética, personalidade na qual o sentimento do auto-respeito é a motivação ética necessária ao respeito moral por outrem. Tais considerações levam-nos inevitavelmente à questão educacional. Como essa questão não se confunde com aquelas colocadas pela psicologia, mas pede tratamento especial, reservo-me a perspectiva e a tarefa de elaborar outro livro a esse respeito, que empregará os elementos teóricos aqui apresentados para refletir sobre a moral e a ética pelo prisma das dimensões educacionais.

#### 

seguir nos meandros de minha argumentação. Mas por que falar em argumentaempreendimento psicológico de compreensão das ações morais. Para (anto, O objetivo deste capítulo é o de apresentar conceitos que sejam úteis para o moralidade. apresentá-las? Não, porque definir implica fabricar conceitos, e conceitos são definições que ele habitualmente atribui aos dois vocábulos, e que aceite me cada vez mais frequentado nossas conversas cotidianas: moral e ética. Peço, apresentarei definições diferentes e complementares de duas palavras que têm guntas que as motivaram. Não quero aqui cair em erro parecido e me limitar a o erro da educação (em todos os níveis) é o de ensinar as respostas que a ção, se se trata apenas de dar definições? Não seria mais simples tão-somente portanto, ao leitor, que faça o esforço de, momentaneamente, se despir das necessárias, para tratar o tema deste livro, a saber: dimensões psicológicas da dar definições sem minimamente demonstrar em que medida são úteis, até filosofia e a ciência deram, sem deixar claro para os alunos quais eram as percriados para responder a perguntas. Acho que foi Edgard Morin que disse que

Para tanto, comecemos por avaliar um problema central das abordagens psicológicas da moral (área chamada de psicológia moral): as relações entre razão e afetividade. Será justamente para tentar lançar luzes sobre tal relação que diferenciar moral e ética será, penso, profícuo.

## ralao e accividade

Seja qual for a formação de quem lê estas linhas, certamente não ticará espantado se eu lhe disser que o fenômeno da moralidade recebeu e recebe diferentes interpretações psicológicas. Haverá algum tópico sobre o qual esta-

rão de acordo psicólogos de diferentes abordagens teóricas? Certamente não, e esta espécie de diáspora conceitual que caracteriza a psicologia, e as chamadas ciências humanas em geral, é bem conhecida de todos. Alguns chegam a dizer que não existe Psicologia, mas sim "psicologias". Tal diversidade é, às vezes, baseada em reflexões epistemológicas conscientes, como é o caso, por exemplo, da psicanálise freudiana e do construtivismo piagetiano. Porém também é, às vezes, decorrência de laxismo intelectual e de modismos, o que faz Iraí Carone (2003) perguntar-se como uma ciência pode acreditar ter tido tantas mudanças de paradigmas em tão pouco tempo.

ca do ser humano, disciplinar as crianças, dar-lhes um "banho" de cultura, e entre os filhos e os pais, apelar para a reflexão, confiar na "sabedoria" biológiali fala-se em condicionamento, acolá em representações sociais. Assim, o adulto tes: falarão uns em superego, outros em construção, outros ainda em instinto; corresponde uma diversidade de abordagens teóricas e de conceitos decorrengo de questionários. Como era de se esperar, a esta diversidade de método em estudos de casos clínicos, outros em entrevistas clínicas desencadeadas tramos diversidade no que tange aos métodos de pesquisa, baseando-se uns normatização dos comportamentos alheios, notadamente das crianças. Enconoutras mais. pedagogicas, frequentemente contraditórias entre si: enfatizar relações afetivas preocupado com educação moral terá na sua frente uma vasta gama de opções privilegiam os experimentos de laboratório, outros há que preferem o emprepor dilemas, outros ainda em observações de comportamento; há os que também de modismos, em geral, decorrentes de demandas malformuladas de A psicologia moral não foge à regra: ela é palco da diversidade teórica, e

No seio dessa diversidade teórica – que seria benéfica, se houvesse diálogo entre as várias correntes, o que raramente acontece –, proponho que escolhamos duas linhas de demarcação. A primeira: ênfase na razão ou na afetividade; a segunda: definição de o que é a moral. Aparentemente estranhas uma à outra, veremos que essas duas fronteiras coincidem na separação dos territórios teóricos. Para mostrá-lo, vou escolher quatro abordagens representativas da psicologia moral: a de Émile Durkheim (1902/1974), a psicanálise de Sigmund Freud (1929/1971) e os construtivismos de Jean Piaget (1932) e de Lawrence Kohlberg (1981). As duas primeiras enfatizam a dimensão afetiva dos comportamentos morais e não definem um conteúdo preciso para a moral, as duas últimas enfatizam a dimensão racional e assimilam a moral a princípios de igualdade, reciprocidade e justiça. Analisemos essa afirmação, começando pelas dimensões afetivas (energética da ação: pulsões e sentimentos) e racionais (operações da inteligência).

Durkheim, preocupado com a viabilidade de uma educação moral laica (começo do século XX)<sup>2</sup> publicou, em 1902, um belo e consistente livro sobre o tema, no qual ele analisa o processo psicológico que leva um indivíduo a pautar suas condutas pela moral. O sociólogo francês identifica tal processo ao sentimento do sagrado, fusão de dois outros: o medo decorrente do reconheci-

o sentimento do sagrado é o "ser coletivo", isto é, a sociedade. Cada indivíduo rente com sua abordagem sociológica, pensa que um "ser" capaz de despertar um ser portador de qualidades apreciáveis e indispensáveis. Durkheim, coesociedade em que vive; esa e este sea porte moral consiste em desenvolver, indispensáveis. Logo, um trabalho de formação moral consiste em desenvolver, indispensáveis. sociedade em que vive: ela é este ser portador de qualidades apreciáveis mento de uma força imensamente superior e a desejabilidade despertada por coletivo" superior que inspira o sentimento do sagrado por ser temido e dese estas, como as leis da natureza, têm sua fonte em uma esfera supra-individual za, seria também pura fantasia cada um pretender legislar normas morais, pois lhor aplicá-la. Assim como sería absurdo querer legislar no âmbito da nature mas sim para conhecer e compreender aquela imposta pela sociedade, e meindividuo deve fazer uso de sua inteligência não para construir uma moral, a ela papel preponderante no processo de legitimação da moral. Para ele, o da emoção", tem grande estima pelas faculdades da razão, todavia não reserva papel? Durkheim, longe de ser um "obscurantista" ou um adorador do "culto como alvo a dimensão afetiva, um sentimento. E a racionalidade? Tem ela um nhar o fato de o essencial do trabalho pedagógico proposto por Durkheim tei vem ao caso apresentar os passos didáticos de tal educação, mas sim de sublipátria, sentimento do qual decorrerá o respeito devido às normas morais. Não nas crianças e nos jovens, o sentimento do sagrado em relação à sociedade, nada seria, nenhuma qualidade ou riqueza possuiria, se não fosse graças regem seus membros: ela é essa força imensamente superior. E cada indivíduo nada pode contra ela, que obedece a leis própinas irredutiveis aquelas que Em suma, para Durkheim, ser moral é obedecer aos mandamentos de um "sei Vejamos agora a de Freud. javel. Eis o que, em linhas gerais, pode-se dizer da abordagem de Durkheim

submissão implica perda de liberdade e, portanto, renúncia a saciação de deseo caráter conflitivo da relação do indivíduo com a moral. Por um lado, o indinão possam voltar a dirigir as ações dos homens. O escritor austríaco Stefan sucedida, nada garante que, em determinados momentos, forças primitivas que grande número de adultos segue as leis morais apenas por medo das san em sociedade e se civilizar. Por outro, ele reluta fortemente em fazê-lo, pois tai víduo quer a ela se submeter, pois sabe que esse é o preço a ser pago para vivei relata que Freud, embora muito triste, não se mostrava surpreso com a exploções. Ele observa também que, mesmo quando a formação moral for bem que outra força psíquica pode desempenhar papel tão difícil? A razão? Na cisa ser vigiado e controlado a todo instante para que não faça destruidoras espécie de vulcão em constante atividade e fonte inconsciente de desejos, presão de ódio e violência que assolava a Europa: seu esquema teórico admitia Zweig, que o encontrou na Inglaterra durante a Segunda Guerra Mundial, jos. È por essa razão que o porvir moral de cada um é incerto. Freud observa irrupções no cotidiano dos homens: essa é a tarefa da consciência moral. Mas "voltas às trevas" e à barbárie, mesmo em povos de longa tradição moral. O Id O grande mérito do pai da psicanálise foi certamente o de ter sublinhado

em relação às figuras matemas e paternas (o Complexo de Édipo). Lembremos mo, para Freud, a ação moral explica-se por um jogo de forças afetivas, cuja sua legitimação, e nem as fontes energéticas de sua força coercitiva. Em resucientes. Suas leis aparecem inteligíveis à razão, mas não todos os motivos de observações o levaram a limitar – e muito – seu alcance. que Freud, assim como Durkheim, não despreza o papel emancipador da razão gênese é, ela mesma, fruto de pulsões e sentimentos experimentados pela criança de outra forma, lexicalmente paradoxal: a consciência moral tem raízes inconslinguagem comum, a noção de consciência remete a ela. Mas não para Freud psiquica inconsciente, a qual deu o nome de superego (ou ideat do ego)3. Dito Para ele, a consciência moral é expressão dos mandamentos de outra instância (senão, por que ele mesmo teria refletido e publicado tanto?), todavia suas

ria de cada um de nós limitar-se-ia a duas fases: uma pré-moral, antes das psicanálise nos apresente um modelo de desenvolvimento moral, pois a histosuas decisões conscientes. E, como para Durkheim, não se pode dizer que a moralmente "à sua revelia", que ele obedece, portanto, a algo irredutível a trole, por serem inconscientes. Pode-se praticamente dizer que o sujeito age verdade, profundamente determinada por processos que escapam a seu concriança é pré-moral; depois, ela é moral. Em Freud, a heteronomia traduz-se aprendizagem de um modelo: antes do despertar do sentimento do sagrado, a peripécias do complexo de Edipo; e outra, moral, depois delas. rais são devidos exclusivamente a sua "vontade boa", mas essa vontade é, na por uma ilusão: o indivíduo pode até acreditar que seus comportamentos moque ambas inclinam-se a considerar o indivíduo como um ser moralmente afetividade para explicar os comportamentos morais dos homens. Notemos há desenvolvimento moral propriamente dito, com diversas fases, mas sim a individuo recebe um sistema moral pronto, ao qual deve adaptar-se. Logo, não irremediavelmente exterior ao sujeito: os mandamentos da sociedade. Cada heterônomo. Em Durkheim, a heteronomia traduz-se pela obediência a algo Vimos brevemente duas abordagens teóricas que privilegiam o papel da

talmente diferente. Nelas o papel da razão é privilegiado e a autonomia e trutivismo piagetiano. possível – o que, aliás, é coerente, uma vez que a noção de autonomia só faz sentido na estera racional. Comecemos por lembrar as idéias mestras do cons As posições teóricas de Piaget c Kohlberg nos apresentam um quadro to

aplicadas a estruturas da inteligência, ao conhecimento físico, à memória, às nética. Destaco quatro eixos comuns a todas as suas teorizações, sejam elas da moralidade é preciso situá-las no contexto maior de sua epistemologia gedesenvolvimento moral e que, portanto, para entender suas idéias a respeito imagens mentais, etc., e à moral. Os quatro eixos são: Nunca é demais lembrar que Piaget dedicou apenas um livro à questão do

- 2 o "sujeito epistêmico":
- a gënese;

- a construção;
- a interação.

tífico é impossível, todavia, há mais aspectos que intervêm na construção desque fossem suficientes. Exemplo: sem operações lógicas, o conhecimento ciende outra forma, o epistemólogo suíço somente se interessou pelas condições quando elaboramos conhecimentos sobre o mundo e sobre nós mesmos. Dito rio, permitem dar conta de diversos casos, notadamente psicopatológicos – sua das diversas individualidades (os conceitos elaborados por Freud, pelo contráos individuos. Daí a dificuldade de empregar os seus conceitos para dar conta volvimento psicológico, mas sim de identificar aquilo que seria comum a todos te. Piaget limitou-se a estudar o porvir das estruturas lógicas. psicológicas necessárias à elaboração do conhecimento, mas nunca afirmou estudado por Piaget, é aquele que, se ele tiver razão, encontra-se em todos nós teoria é clinica). O chamado "sujeito epistêmico", ou sujeito do conhecimento, A preocupação de Piager nunca foi a de desvendar os meandros do desen-

entre uma criança e um adulto não é presença ou ausência de certas capacidaconhecimento físico, e depois há, etc. As estruturas lógicas e o conhecimento des, mas sim o nível de sofisticação de cada uma delas. físico começam a ser elaborados desde o nascimento e o que faz a diferença em termos binários do tipo: não há pensamento lógico e depois há, não tem sas fases, sendo cada uma delas superação da anterior. Logo, ele nunca pensou são fruto de uma gênese, de um desenvolvimento, e que este passa por diver-Ele formulou a hipótese de que as características psicológicas do adulto

indivíduos: a capacidade de auto-regulação, ou seja, de auto-organização. É zados por um processo psicológico ao qual Piaget dá o nome de equilibração psíquica de auto-organização, e não de mera cópia de modelos externos. gência e o conhecimento são fruto de um trabalho individual, de uma labuta nesse sentido que a reoria piagetiana é construtivista: as estruturas da inteli-O processo de equilibração é devido a uma capacidade inerente a todos os escola, por exemplo), mas esses três fatores, diferentes entre si, são harmonivariadas experiências de vida e de ensinamentos formais (o que se aprende na Tal desenvolvimento é naturalmente fruto de maturação biológica, de

é mediada pelas ações do sujeito sobre esse meio. Se houver pouca interação, estruturantes do sujeito, haverá pouca construção, ou construção parcial. haverá pouca construção, e se a interação deixar pouco espaço às atividades O processo de construção dá-se na interação com o meio, e essa interação

Isto posto, podemos compreender como Piaget pensou a moralidade.

autonomia, passando por uma fase de heteronomia. E quando ele diz que adoo meio torem favoráveis, de uma fase de anomia (pré-moral) a uma fase de epistêmico). E formulou a hipótese de que o sujeito passa, se as interações com lescentes apresentam características de autonomia moral, não está afirmando individuos. Poderíamos dizer que estudou o sujeito moral (correlato do sujeito Em primeiro lugar, ele se interessou pelo que seria comum a todos os

See See

que são totalmente autônomos, mas que o fato de serem capazes de legitimar algumas regras morais sem qualquer referência ao prestígio das figuras de autoridade, mostra que, de fato, a autonomia corresponde a um potencial humano universal.

Em segundo lugar, a teoria piagetiana fala em desenvolvimento moral, e não em apenas duas fases, uma pré-moral e outra moral, como o fazem Durkheim e Freud. Piaget identificou dois estágios que merecem o nome de morais (ele fala em duas morais da criança): a heteronomia e a autonomia. A heteronomia moral é, em linhas gerais, a fase que Durkheim considera como a moralidade propriamente dita: respeito incondicional por figuras de autoridade, pelo grupo ou pela sociedade. A autonomia é a superação dessa moral da obediência a algo exterior ao sujeito, superação essa que se traduz tanto pela necessidade de reciprocidade nas relações (respeito mútuo, e não mais unilateral) quanto pela necessidade subjetiva de passar, para legitimá-los, os principios e normas morais pelo crivo da inteligência. Vemos aqui o papel incontornável da razão na fase autônoma do desenvolvimento moral. Logo voltaremos a ele.

Em terceiro lugar, o desenvolvimento moral, assim como os demais, é visto por Piaget como fruto de uma construção, de uma constante auto-organização.

Em quarto e último lugar, essa construção acontece em contextos de interação, no caso da moral, de interação social (no caso do conhecimento, a interação com os objetos cumpre papel importante). Se esta for, como queria Durkheim e como avaliava Freud, baseada na coação, ou seja, em uma relação hierárquica de mandamentos e de obediência, a heteronomia sai reforçada. Em compensação, se o convívio social permitir relações simétricas de cooperação (o "fazer junto", sem líderes e liderados), a autonomia moral torna-se possível.

Em vista do que foi dito, impõe-se notar que a razão ocupa lugar central da teorização piagetiana sobre a moral, e isso por várias razões, das quais destaco duas.

Comecemos por lembrar que o objetivo explícito de Piaget em seu livro O juízo moral na criança, publicado em 1932, é o de estudar, como o título o indica, o juízo moral. Nas primeiras páginas dessa obra ele previne o leitor de que este não encontrará um estudo das ações e sentimentos morais, mas sim da evolução dos critérios empregados pela criança para julgar o certo e o errado, o bem e o mal. Porém tal opção testemunha a grande importância atribuída por Piaget ao papel da racionalidade. Com efeito, ele não teria dedicado todo um conjunto de pesquisas à dimensão racional da moralidade se pensasse que tal dimensão tem pouco peso nas ações morais dos homens. Mais ainda: em seus escritos pedagógicos, Piaget não hesita em inspirar-se na sua teoria para aconselhar estratégias educacionais para o desenvolvimento da autonomia moral, e nelas a reflexão ocupa um lugar central – o que prova, portanto, que ele acredira firmemente nas virtudes da inteligência no campo moral.

desenvolvimento mental. Nele, Piaget volta à questão da moralidade, consideafetividade, sem a referência a uma energética. Em 1954, ele dedica todo um ações humanas, entre elas as morais, não pode ser tratada sem uma teoria da diferentemente de Kant, Piaget reconhece que a questão da motivação das estabelecida e consenida pelo indivíduo merece o nome de moral). Porém, autônoma está na razão (para Kant, somente a moral autônoma, livremente acaso que sua teoria é vista como de inspiração kantiana: a sede da moral sentimento do dever moral é assimilado a uma necessidade lógica. E não é por a afetividade desaparecem quando é analisada a fase da autonomia. Nela, o cia com Durkheim ao explicar uma das razões pelas quais, em fase de incontornável. No livro ao qual acabamos de nos referir, ele mostra concordánuma forma que permite avaliar o quanto a razão é, para ele, dimensão moral Mas tudo isso ainda não nos traz uma teoria do querer agir moralmente. modifica-se na medida em que se modificam as estruturas do pensamento mentâneo, e nunca seria, portanto, cumprida), ou seja, que a própria afetividade servação; do contrário, a promessa não passaria de um arroubo afetivo mopassageiros (fazer uma promessa e cumpri-la, por exemplo, pressupõe a con moral pressupõe conservação de valores e não apenas investimentos afetivos (que permanece parcial e fugaz). Piaget convence também ao lembrar que a pensamento reversível, ainda não concebe operatoriamente a reciprocidade da autonomía) não seria possível, uma vez que a criança pequena, por falta de ce ao dizer que, sem operações lógicas, o ideal moral da reciprocidade (típico ambas as dimensões, e não uma teoria dos sentimentos morais. Piaget convenracional quanto aferivo, mas trata-se antes de um grande modelo para pensar curso traz pistas valiosas para pensar a moralidade tanto do ponto de vista afetivo, ambos objetos de reorganizações ao longo da evolução psicológica. O rando a hipótese de que há um paralelo entre o desenvolvimento intelectual e curso na Sorbonne (Paris) às relações entre a inteligência e a afetividade no fusão dos sentimentos de amor e medo. Porém, e isso é importante, referências heteronomia, a criança obedece por assim dizer cegamente: trata-se de uma Prossigamos lembrando também que Piaget falou de afetividade, mas de

Com relação a esse ponto, Lawrence Kohlberg procurou completar e sofisticar a teoria moral de Piaget. E o fez acentuando ainda mais a ênfase no papel da razão. Podemos ser aqui bastante breves nos comentários sobre a teoria do psicólogo americano graças ao qual a psicologia moral consolidou-se como área nobre da psicologia, pois ela se inspira nos quatro eixos eleitos por Piaget como nodais para uma teoria da mente humana. Desnecessário, portanto, voltar a falar deles. Importante é saber que Kohlberg debruçou-se sobre o sujeito psicológico, e não sobre este sujeito abstrato que chamamos de "sujeito moral". Vimos que Piaget considerou a hipótese de que o rumo do desenvolvimento moral é o da autonomia, e que, tendo encontrado nas suas pesquisas indícios dessa autonomia em sujeitos de 12 anos, mostrou-se satisfeito e passou a pesquisar outros temas: sua hipótese estava confirmada, e não lhe interessava entrar na complexidade do universo moral concreto dos indivíduos.

ninovi).

Mas tal foi o interesse de Kohlberg. Ele sabia, e Piaget rambém, aliás, que alguns indícios de autonomia não bastavam para afirmar-se que, de fato, um pré-adolescente é moralmente autônomo. E a experiência e as observações cotidianas eram suficientes para convencê-lo de que a autonomia moral era um fenômeno raro na população. Assim, guardou de Piaget a idéia de que o caminho do desenvolvimento moral vai da heteronomia para a autonomia, mas mostrou que esse caminho é bastante longo e que a maioria das pessoas pára no meio dele. Com efeito, o referido caminho corresponde a seis estágios de desenvolvimento, e o grosso da população não ultrapassa o quarto (chamado de convencional). Abordaremos mais detalhadamente a teoria de Kohlberg no Capítulo 2. Para o presente propósito, basta lembrar que, para ele, a evolução moral deve-se essencialmente ao desenvolvimento da razão. Tanto é verdade que uma das decorrências pedagógicas centrais de sua abordagem é a discussão de dilemas morais, portanto um exercício racional. Estamos longe do apelo ao sentimento do sagrado ou das peripécias amorosas da pequena infância.

as de Piaget e de Kohlberg de outro. As primeiras não elegem um conteúdo creio, de extrema relevância: a definição do que seja o objeto da moral. Trataqüentemente obscurece os problemas do que os resolve.<sup>5</sup> Outro obstáculo é, Salpicar conceitos de uma teoria em outra não resolve a questão, e mais heantigo de juntar Freud e Piaget, sonho do qual, aliás, a maioria já acordou. moral específico e são relativistas, as segundas o fazem e são universalistas. mesma repartição das teorias analisadas: as de Durkheim e Freud de um lado, se da segunda linha de demarcação de cada lado da qual encontraremos a tivismo, mas tal não equivale a fundir as duas teorias; não se realiza o sonho diversas, para não dizer contraditórias. É claro que se pode, por exemplo, "aproem variados obstáculos. Um deles é a extrema dificuldade, para não dizer a articule o "querer fazer" (energética) e o "saber fazer" (razão) é necessária, moral com um todo. Sim, a tarefa de elaborar uma abordagem teórica que cabe a terceiros procurar juntá-las, articulá-las para dar conta do fenômeno trata-se apenas de ênfases diferentes, de opções teóricas privilegiadas, e que colocarem no centro o debate da dimensão afetiva (sentimentos e pulsões). epistemológicas bem distintas (Durkheim e Freud), têm em comum o fato de gem a razão como fator central, e que as duas outras, embora de inspirações veitar" um pouco de Piaget na psicanálise, ou um pouco de Freud no construimpossibilidade, de assimilar uma à outra reorias de bases epistemológicas para não dizer urgente; porém trata-se de uma tarefa delicada, e que esbarra Alguém poderá afirmar que se alguns elegem a razão e outros a afetividade, vimos que duas delas, em vários pontos semelhantes (Piaget e Kohlberg) ele-Acabamos de recapitular quatro teorias marcantes da psicologia moral, e

Mas antes de abordarmos tal oposição, notemos que as quatro concepções têm algo em comum em suas definições da moralidade: todas elas a concebem como um conjunto de *deveres*, e, portanto, procuram estudar a gênese do *sentimento de obrigatoriedade* experimentado pelo sujeito moral (o sagrado para Durkheim, a expressão do superego para Freud, a voz da razão para Piaget

e Kohlberg, no caso dos indivíduos que conquistaram a autonomia). Portanto, para nossos quatro autores, moral implica princípios e regras que devem ser obrigatoriamente observados. A pergunta da moral, para eles, é "como deve-se agir?". Peço ao leitor que fixe esta definição, pois será também a minha para a moral, mas não para a ética. Por enquanto, basta destacar o fato de a definição de moral como conjunto de deveres corresponder àquela filosoficamente dominante atualmente, e também àquela que costumamos adotar no dia-a-dia. Em uma palavia, os quatro pensadores aqui apresentados concordam em um aspecto fundamental: moral diz respeito a deveres. Eles concordam, portanto, do ponto de vista formal. E do ponto de vista do conteúdo? Os quatro falam dos mesmos deveres? É aqui que encontramos o tema do relativismo e do universa-l lismo antropológicos.

Comecemos pelo relativismo. Há pelos menos dois tipos, o relativismo axiológico e o relativismo antropológico, e penso ser útil distingui-los para que se evitem confusões perigosas.

cia é um valor que leva quem o cultiva a procurar compreender os comporta em flagrante contradição (ver Speamann, 1999 e Tugendhat, 1998). A tolerânque o tolerante que toleraria tudo, e portanto a própria intolerância, estaria aparente relação com essa bela virtude que é a roleráncia. Digo aparente por rais e ponto final. Tal relativismo às vezes encanta os menos avisados pela sua como morais por diferentes pessoas. Cada um teria seus próprios valores moimplica a ausência total de juízo sobre o valor dos diversos sístemas assumidos condenar uns em nome de outros. Consequentemente, essa forma de relativismo grupos e em diversas pessoas, têm o mesmo valor, não sendo portanto legítimo todos os sistemas morais, que se encontram nas diversas culturas, nos diversos e falta de solidariedade. Do ponto de vista psicológico, o relativista axiológico exercício da tolerância, levaria a confundi-la com a mais profunda indiferença uma cultura sobre outra, mas nem por isso pensa que tudo é válido, aceitável legitimar a proibição de certas práticas (relações fora do casamento, por exem moral sexual pode servir de exemplo. Uma pessoa tolerante que, para si, possa contanto que algumas fronteiras morais não sejam ultrapassadas. A chamada tolerância é um valor que inspira o respeito das diferenças pessoais e culturais, techado –, tendo em vista o estabelecimento de um juízo mais abalizado. A mentos alheios – em vez de julgá-lo de chofre, com base em um sistema moral que, por exemplo, valoriza princípios de justiça e de benevolência, não se reassemelha-se mais a uma pessoa sem senso moral. Será possível uma pessoa tendimento planetário das variadas culturas, condena a colonização moral de plos correspondem à realidade em alguns lugares). O rolerante visa a um en normas convencionais, ou a lapidação de mulheres adúlteras (ambos os exemvalidar o estupro como forma de punição para mulheres que transgrediram plo), mas que aceite que outros as sigam, não deverá ser, por isso, levada a voltar ao saber que em nome de princípios religiosos, costumes locais ou códi Considerá-lo assim representaria, justamente, a impossibilidade concreta do O relativismo axiológico, como o seu nome o indica, implica afirmar que

gos jurídicos particulares, tais princípios são solenemente ignorados? Como pode um ser moral jamais experimentar o sentimento de indignação? É verdade que certas pessoas defendem um relativismo axiológico por assim dizer mais restrito: elas dizem não tolerar certas condutas por parte dos membros da comunidade ou nação na qual vivem, mas tolerá-las em outras culturas. Mesmo com essa ressalva, permaneço céptico acerca do possível sincero "respeito" por ações que contrariam frontalmente princípios morais que adotamos, seja quem for o agente dessas ações. Parece-me mais um exercício de retórica do pue a real expressão dos sentimentos morais. E tenho certeza de que nem Durkheim nem Freud permaneceram absolutamente "frios" ao tomarem conhecimento de atos, para eles bárbaros, cometidos dentro ou fora da França, dencimento da Austria, dentro ou fora da civilização ocidental. Em compensação, suas abordagens teóricas são cocrentes com outro tipo de relativismo, o relativismo antropológico.

Para o relativismo antropológico, não se trata de aceitar moralmente todos os sistemas de valores, mas de afirmar que, de futo, eles existem e que não há nenhuma tendência humana universal a legitimar um em detrimento de outros. Em uma palavra, há uma pluralidade de sistemas morais (ver Tugendhat, 1998). Logo, o relativismo antropológico corresponde a uma teoria geral que afirma não haver moral universal possível.

plos e mais exemplos passíveis de fortalecê-lo como teoria convincente do incesto, presente, de uma forma ou de outra, em todas as morais sexuais). Em resumo, não há dúvida de que o relativismo antropológico encontra exem para outra, para não dizer de um clã para outro (com a exceção da proibição de uma época para outra, de uma comunidade para outra, de uma religião igual. E quanto à moral sexual, inútil lembrar o quanto ela comporta variações apenas é válido para relações com superiores ou com membros de status social ladrões, etc.). Em um lugar, o "não mentir" é mandamento absoluto, em outro morais e/ou legais (há pena de morte para assassinos, mulheres adúlteras, se matar o estrangeiro, o inimigo, o ateu) e que não cometeram infrações seres humanos, em outro apenas àqueles que pertencem à comunidade (podeverso de sua aplicabilidade. Em um lugar o "não matar" aplica-se a todos os riam, e muito, de uma sociedade para outra, notadamente em relação ao univalores são objeto de regras, somos forçados a reconhecer que tais regras vareprodução humana e que, portanto, os comportamentos relacionados a esses se verilicando que, em todas as sociedades, é dado valor à vida, à verdade e à generalizada moralização dos comportamentos sexuais. Todavia, mesmo em to. É o caso também da condenação da mentira. Podemos também verificar a muns a todos os sistemas. E o caso, por exemplo, da condenação do assassinanão significa dizer, é claro, que não reencontremos alguns temas morais cocas e culturas depõem fortemente a favor da tese do relativismo cultural. Tai Com efeiro, os conhecimentos que hoje temos de diversas épocas históri

Para as pessoas convencidas de que a moral é um fenômeno que varia no tempo e no espaço, as abordagens de Durkheim c Freud apresentam hipóteses

psicológicas atraentes. O sentimento do sagrado experimentado pelo indivíduo para com o "ser coletivo" é, por definição, capaz de levá-lo a legitimar qualquer sistema moral, contanto que seja lei na sociedade em que ele vive – eis para a teoria de Durkheim. O superego que, da penumbra do inconsciente, submete o indivíduo às suas exigências morais, dita regras cujos conteúdos foram interiorizados graças a processos de identificação com figuras paternas, seja quais forem as opções morais destas – eis para a teoria de Freud. Como já salientamos, ambas as abordagens são bem diferentes uma da outra, mas o que importa frisar aqui é que além de elegerem a dimensão afetiva como central, elas também são coerentes como relativismo antropológico: para elas o sujeito recebe a moral, não a constrói. Ora, as teorias construtivistas de Piaget e Kohlberg desafiam o relativismo antropológico. Vejamos de que forma.

fizeram pesquisas e mais pesquisas, e os dados que encontraram, em variadas sabendo que ele ocorre de maneira caótica e com uma lentidão exasperante). Luzes (século XVIII), que eles acrediram no progresso da humanidade (mesmc construtivistas). Vê-se que Piaget e Kohlberg são herdeiros do otimismo das há sistema algum para o qual todos renderiam (o que é contestado pelos pluralidade de sistemas morais (e ninguém o contesta), como afirma que não universal. Insisto: tal relativismo não somente afirma que há, de fato, uma co, que não contempla a hipótese da identificação de uma moral virtualmente tencialmente legitimável por todos, estamos longe do relativismo antropológisociedades. 6 Ora, se aceitamos que um determinado sistema é visto como potros, mas o sistema para o qual tende a evolução moral dos indivíduos e das e Kohlberg, os Diretos Humanos não são apenas um sistema moral entre ouda humanidade, e não apenas de determinada sociedade. Portanto, para Piaget sada em termos universais, pois o sujeito vé antes a si próprio como membro de Justiça, e que na fase superior de evolução a moral é necessariamente penmais preciso: afirma que o desenvolvimento moral segue em direção ao ideal cidade, pela igualdade, pela equidade e pelo respeito mútuo. Kohlberg é ainda autónomo somente legitima princípios e regras morais inspiradas pela reciproteúdos morais, mas sim alguns claramente definidos. Piaget afirma que o ser de superá-la pela autonomia. Ora, a autonomia não comporta quaisquer conapenas uma fase do desenvolvimento moral, tendo cada indivíduo o potencial rias de Durkheim e Freud. Porém, para Piaget e Kohlberg, a heteronomia é como descrito pelos dois autores, corresponde bem ao sujeito moral das teogrupo, o Estado, a religião, etc.). Como vimos acima, o heterônomo, assim moral individual na qual domina a heteronomia, ou seja, a submissão do indi-Mas cuidado: eles não se contentaram em reafirmar valores filosóficos, pois nalizadas (o líder carismático, por exemplo), sejam elas institucionalizadas (o viduo a variados ditames oriundos de fontes de autoridade, sejam elas persorazão, aliás, que suas respectivas teorias prevêem um fase do desenvolvimento do o qual o que é verdade de um lado dos Pireneus é falso do outro. É por essa morais e que tinham consciência da consistência do aforismo de Pascal, segun-E claro que nem Piaget nem Kohlberg negavam a diversidade de sistemas

culturas, levaram-nos a constantemente identificar um desenvolvimento moral cujo vetor é a autonomia, a moral da reciprocidade, da justiça, da equidade. Em suma, segundo eles, os dados da psicologia moral desmentem o relativismo antropológico. Els mais um tema sobre o qual se distinguem das posições de Durkheim e Freud.

Podemos, então, resumír o que vimos até agora. Oprei por uma primeira linha de demarcação entre teorias: explicar psicologicamente o comportamento moral, seja pela dimensão afetiva, seja pela dimensão racional. De um lado desta linha, encontram-se as abordagens de Durkheim e Freud, que afirmam a primazia da afetividade e a inevitável heteronomia dos indivíduos. Do outro lado, encontram-se as abordagens de Piaget e Kohlberg, que afirmam a importância da razão e a possível autonomia dos seres humanos. Em seguida, defini uma segunda linha de demarcação, que diz respeito ao objeto da moral, colocando de um lado as teorias que pensam não ser possível encontrar uma definição universal da moral (relativismo antropológico) e, de outro, aquelas que identificam no ideal de justiça, baseado na equidade e reciprocidade um contredido moral universal para o qual tende o desenvolvimento de todos os seres humanos. E verificamos que as "dobradinhas" se mantém, com Durkheim e Freud de um lado da fronteira, e Piaget e Kohlberg do outro.

O quadro geral das constatações que até agora fizemos é o que segue.

Um grupo de teorias tem como características: explicar a moralidade pela afetividade, afirmar a incontornável heteronomia dos indivíduos e não definir um conteúdo para a moral susientando o relativismo antropológico.

Outro grupo tem características diferentes; explicar a moralidade pela razão, afirmar a virtual autonomia dos indivíduos e sustentar o universalismo moral definido-o por intermédio dos ideais de justiça.

Será coincidência que as características que acabo de arrolar unam-se em dois blocos? Penso que não. Não quero dizer com isso que levar em conta a afetividade conduza necessariamente à hipótese da heteronomia e do relativismo moral, nem que a opção pelo estudo do Juízo moral implique sempre a hipótese da autonomia e do universalismo. Todavia, há lições a serem retiradas da análise feita nas páginas anteriores para ousar empreitadas teóricas sobre a relação entre afetividade e razão na moralidade. Duas me parecem essenciais.

A primeira refere-se ao fato de as teorias que dão prioridade à dimensão afetiva nos mostrarem um ser humano moralmente heterônomo, fato que não acontece com aquelas que enfatizam a razão. Impossível aqui não lembrar Kant (1797/1994), para quem o binômio afetividade/heteronomia era uma evidência. E como ele pregava que a única moral que merece este nome é a moral autônoma, não via como não baseá-la na razão, assim como o fariam Plaget e Kohlberg. A desconfiança de Kant em relação à afetividade decorria do fato de não podermos dominar nossos sentimentos, não podermos decidir quais experimentar, ou seja, de sermos prisioneiros de nossa vida afetiva. Dito de outra maneira, Kant via na afetividade uma fonte incontornável de depen-

dência, logo, de heteronomia. E como a autonomia implica o usufruto da liberdade, sem a qual não há responsabilidade, ele rechaçava a participação da afetividade na vida moral. A razão seria a única fonte legítima dos deveres, a inspiração moral que nos faz agir.

a tese kantiana, e se aceitarmos a sensata idéia de que não há ação sem uma afetiva permanece, portanto, também incontornável. Se permanecermos com ciente para garantir uma ação fiel a tais princípios. Uma referência à dimensão cologia: algumas revisões de literatura mostram que não se encontram evidênmas empobrecedora do ponto de vista psicológico, pois equivaleria a fazer autonomia possível. Essa opção seria até coerente do ponto de vista filosófico, de equidade e reciprocidade, mas tudo leva a crer que concebê-los não é sufide forma moralmente autónoma se não concebesse racionalmente princípios intermédio das categorias de Kohlberg) e ação condizente com tais níveis (ver cias claras da correlação entre níveis de juízo moral autônomo (medidos por pode ser colocada no piano filosófico, mas também no plano empírico da psiser fonte energética da ação? Como pode ela ter poder motivador? A pergunta dem ser feitas a Kant, interessa-nos diretamente a seguinte: como pode a razão sim que fazem parte de nosso universo moral. Entre várias objeções que poincontornáveis. Isso não significa dizer que todos concordam com elas, mas Tugendhat, 1998, Williams, 1990, Canto-Sperber, 2002, MacIntyre, 1981, Taylor algum de filosofia moral contemporânea que não cite Kant (ver, entre outros heteronomía. E não é a toa também que não se encontra praticamente texto gastei algumas páginas discorrendo a respeito dela, é justamente para nos volto a insistir sobre o fato de uma elaboração desse tipo ser extremamente que é necessário construir uma abordagem teórica que relacione afetividade e não vai além da obediência a certas regras sociais e o reformista moral que que podemos juntar na classe dos heterônomos o cidadão cuja honestidade que prefere o isolamento social à tranqüila adesão a regras tradicionais? Será mandamentos de sua consciência, que se ergue contra conformismos morais, pressões de grupos sociais, e aquele que prefere mesmo a morte a trair os piano alguém que age apenas por obediência a figuras de autoridade, ou a detectadas por Piaget e por Kohlberg. Será que podemos colocar no mesmo túbula rasa das diferenças encontradas entre indivíduos, notadamente aquelas "mola" afetiva que a desencadeia, seremos obrigados a dizer que não existe Blasi, 1989, e Biaggio, 2002). É claro que não se vê como alguém poderia agir 1998, Ricoeur, 1990). As críticas kantianas sobre a razão prática permanecem que se debruçam sobre o papel da afetividade associam-se facilmente à dade e a vida moral prevenirmos de associações bem-intencionadas, mas ingênuas, entre a afetividelicada, pois a relação afetividade/heteronomia é conceitualmente forte. E se razão, sem relegar essa última à mera superfície de fenômeno moral. Todavia, transgride essas regras em nome de ideais superiores? Creio que não. Creio O argumento kantiano é forte. Não é por acaso que as teorias psicológicas

As páginas passadas têm ainda o objetivo de nos fazer pensar sobre outra lição que as análises nos trouxeram: a estreita relação entre a opção por uma teoria afetiva ou racional e o objeto da moral.

se da generosidade, por exemplo, não permitiram identificar etapas precisas zar a justiça como noção incontornável da moralidade. Pesquisas sobre a gêneto de estudo genérico, mas não se vé muito bem de que modo poderia despreuma abordagem racionalista poderia eleger outras virtudes morais como objeções mentais. Piaget afirmava que a moral é uma lógica das ações. É claro que ça como a virtude primordial, pois corresponde à tradução moral das operaoutras. Mas, mesmo na perspectiva piagetiana, praticamente impõe-se a justia questão: a justiça é α virtude moral por excelência, e não apenas uma entre Eisnenberg, 1979). de desenvolvimento, diferentemente do que se verificou para a justiça (ver pesquisa, mas sem afirmar que ela é a virtude maior da moral, Kohlberg fechou uma ressalva importante. Enquanto Piaget elegeu a justiça como objeto de como objeto de pesquisa. O mesmo se pode dizer de Kohlberg, todavia com desenvolvimento do juízo moral, entende-se que tenha optado por essa virtude via na justiça a mais racional das noções morais. Como seus estudos visavam o tam por uma abordagem cognitiva precisarem conteúdos para a moral. Piaget Não é de se estranhar o fato de as teorias psicológicas cujos autores op

O problema do conteúdo da moral coloca-se de forma bem diferente para as teorias que elegem a afetividade como elemento psicológico central da moralidade. Há, porém, como no caso das teorias racionalistas, íntima relação entre o referido conteúdo e os sentimentos eleitos como essencialmente morais.

minado conteúdo para a moral. moral. Portanto, nesta perspectiva psicológica, não há porque eleger um deter indivíduo como definitivamente aberto a legitimar todo e qualquer sistema moral (fatores individuais são descartados), e, por outro, leva a conceber o re à história ou à sociologia a tarefa de explicar os fundamentos concretos da mentados em relação aos agentes que impõem as regras, por um lado, transfemoralidade a partir da hipótese de que ela depende de sentimentos experiso simbólico de figuras paternas, seja elas quais forem. Em suma, explicar a valorizar este ou aquele conteúdo moral, mas aqueles que compõem o univernatural: para a psicanálise freudiana, a criança não é vista como tendendo a com figuras de autoridade, o relativismo antropológico também é decorrência não um conteúdo moral em si, a tese do relativismo antropológico impôe-se. este é inspirado pela sociedade. Como é a sociedade o objeto do sentimento, e morais. Para Durkheim, o indivíduo é movido pelo sentimento do sagrado e afetivos que relacionam quem os experimenta com a fonte dos mandamentos Para Freud, uma vez que os ditames do superego são frutos de identificações Nos casos de Durkheim e Freud, vimos que eles identificaram elementos

Em compensação, se os sentimentos eleitos como fundamentais para explicar a moralidade tiverem como objeto não a fonte dos conteúdos, mas um

conteúdo específico, o relativismo deixa de fazer sentido. É o caso da teoria de Carol Gilligan (1982, 1988) que identifica duas orientações morais universais, uma para as mulheres – a orientação para o cuidado –, outra para os homens – a orientação para a justiça. Gilligan, portanto, como Piaget e Kohlberg, define conteúdos para a moral. Mas ela o faz não em decorrência de uma abordagem racionalista, mas sim em função de uma leitura afetiva do desenvolvimento da criança: as meninas desenvolveriam mais do que os meninos o apego para com as outras pessoas, donde sua tendência a privilegiarem, quando adultas, virtudes morais de cuidado e generosidade, enquanto os homens privilegiariam virtudes cujo exercício é independente de aspectos relacionais, como é o caso da justiça.

Em resumo, verificamos que a opção por explicações psicológicas da moralidade que levem em conta a razão ou a afetividade tem implicações sobre a escolha do objeto da moral, assim como sobre o diagnóstico a respeito da heteronomia ou da possível autonomia moral dos indivíduos.

O leitor terá compreendido a razão pela qual, ao pretender analisar as dimensões afetivas e intelectuais da moral, devo me debruçar sobre a definição dessa última: como acabamos de ver, a definição do objeto de estudo tem íntimas relações com os conceitos elaborados para o referido estudo e com suas decorrências teóricas.

Minha hipótese é a de que, para explicar a moralidade, notadamente do ponto de vista da afetividade, é preciso analisar se ela não estaria relacionada a algo que não se reduz a um conjunto de deveres. Dito de outra maneira, é preciso verificar se as motivações que levam um indivíduo a dar respostas à pergunta moral "como devo agir?" não seriam em parte as mesmas que o levam a responder à outra pergunta: "que vida quero viver?". As teorias que acabamos de rapidamente revisitar procuraram explicar psicologicamente o dever moral sem referências a outras dimensões existenciais. Penso que isso é um erro, e que, para compreendermos os comportamentos morais dos homens, devernos conhecer quais as opções éticas que eles assumem. Mas para mostrálo, preciso, naturalmente, deixar claro que sentidos vou dar aos conceitos de moral e de ética.

#### MOPAL E ÉTCA

Moral e ética são conceitos habitualmente empregados como sinônimos, ambos referindo-se a um conjunto de regras de conduta consideradas como obrigatórias. Tal sinonímia é perfeitamente aceitável: se temos dois vocábulos é porque herdamos um do latim (moral) e outro do grego (ética), duas culturas antigas que assim nomeavam o campo de reflexão sobre os "costumes" dos homens, sua validade, legitimidade, desejabilidade, exigibilidade. Note-se desde já que a exigibilidade das condutas, os deveres portanto, tema central da grande maioria das reflexões modernas, não era o único que dominava os campos

moral e ético. A questão da felicidade era central nas filosofias da Antigüidade. Voltaremos a essa diferença dever/felicidade mais adiante. Por enquanto, vale insistir sobre o fato de que os dois conceitos que nos ocupam podem ser legitimamente considerados sinônimos, logo, de emprego intercambiável. Alguns autores, como Canto-Sperber (2002), costumam deixar claro, no início de seus textos, a sinonímia assumida.

No entanto, por que certos autores se preocupam em deixar clara uma sinonímia clássica? A filósofa que acabamos de citar comenta que poderá causar decepção ao seu leitor ao não fazer diferença de sentido entre moral e ética. Essa precaução retórica explica-se pelo fato de que, hoje, muitas pessoas vêem na palavra "ética" um conceito cheio de promessas filosóficas, um campo de reflexão prenhe de riquezas, uma referência a atitudes "nobres", qualidades estas de que a "pobre" e "seca" palavra moral careceria inapelavelmente. Enche-se a boca para pronunciar "ética", e olha-se de esguelha ao se fazer referência à moral. Estão portanto em foco possíveis diferenças de sentido entre moral e ética. Com efeito, diferenças podem existir, e podem ser empregadas, contanto que se as explicite claramente, e que se reconheça, com Paul Ricoeur (1990), que se trata de convenções.

assim por dianre. A esse trabalho de reflexão filosófica e científica costuma se tais que fazem com que os homens os legitimem (trabalho da psicologia), e dar o nome de ética. rios, (trabalho da sociologia), pode-se procurar desvendar os processos menrar compreender as condições sociais que os rornam possíveis ou até necessáçar a história dos diversos sistemas morais (trabalho da história), pode-se procumoral também pode ser objeto de um estudo científico: pode-se procurar tradade: tem sido o trabalho da filosofia analisar essas questões. No entanto, a primeira indagação incide sobre suas origens, seus fundamentos, sua legitimicial, a moral suscita indagações. Como ela trata de normas de conduta, uma social humana tem uma moral. Mas, evidentemente, como todo fenômeno soacarreta sanções socialmente organizadas. Vale dizer que toda organização to de regras de conduta, por proibições de vários tipos cuja transgressão do é o fato de todas as comunidades humanas serem regidas por um conjunreflexão filosófica ou científica sobre ele. O fenômeno a que estou me referiné reservar o primeiro conceito para o fenômeno social, e o segundo para a A convenção mais adotada para diferenciar o sentido de moral do de ética

Essa diferença de sentido entre moral e ética é interessante. Por um lado, permite nomear diferentemente o objeto e a reflexão que incide sobre ele; portanto, demarcar níveis de abstração. E, por outro, permite sublinhar o fato de se poder viver uma moral sem nunca ter se dado ao trabalho da reflexão ética. Aqui reencontrantos uma possível oposição entre heteronomia e autonomia: para o heterônomo, assim como definido por Piaget, basta a obediência à autoridade, à tradição; para o autônomo, sempre segundo a definição piagetiana, é necessária a reflexão, a busca de princípios que expliquem e legitimem a moral. Embora nem Piaget nem Kohlberg empreguem, a meu conhecimento, a

diferença de sentido entre moral e ética que estamos apresentando, ela serve para descrever níveis de desenvolvimento moral.

que a diferenciação entre espaços privado e público não implica diferenças de seres humanos". Não faria muito sentido falar em "ética na família". Note-se expressões como "ética na política", os "comitês de ética para a pesquisa em pio), e o conceiro de ética para aquelas que regem o espaço público. Dai as var-se-ia o conceito de moral para regras que valem para as relações privadas derar é a que estabelece uma fronteira entre as esferas privada e pública: roserapenas uma convenção. E não é a única possível. Outra que vale a pena consique nos reaproxima da definição de ética como reflexão sobre a moral. De fato compensação, os códigos de ética (que inspiram os diversos comitês, em cada conteúdo: por exemplo, o não roubar ou o não mentir valem para os dois. Em referências aos "códigos de ética" de variadas profissões, ou da presença de (os comportamentos que devem ter um bom pai ou uma boa mãe, por exemnão cometam o erro de reduzi-los a uma lista de regras a serem decoradas. que apresentam aos alunos o código de ética da profissão que escolheram exercer são contemplada. E é de se esperar que os professores dos cursos universitários da sociedade em que se vive, mas também pensar as particularidades da profispara elaborar-se um código desse tipo é preciso não apenas conhecer a mora instituição profissional) implicam um trabalho de elaboração intelectual, fato Mas, voltamos a lembrá-lo, a diferenciação que acabamos de descrever é

Acabamos de ver duas possíveis diferenças de sentido entre os conceitos que nos interessam aqui, mas certamente não são elas as responsáveis pela verdadeira "inflação" contemporânea do emprego da palavra ética. Antes de apresentar as definições que assumirei, e que são diferentes das duas citadas acima, vale a pena comentar a atual "febre" ética, nem que seja para mostrar que não estou acometido por ela.

mente "moralismo", "moralista", ou seja, lembra, respectivamente, normatização apontam autores como Spitz (1995) e Blondel (2000): moral lembra imediataestá em parte relacionado ao fracasso seu irmão etimológico; "moral". É o que incessante, dogmática, de abrangência excessiva, de legitimidade suspeita e certamente não o foi no sentido pejorativo, que pode assim ser resumido: o o tratamento dado por esse Prêmio Nobel de Literatura nada tem de dogmático xões de alguém que surpreendeu-se com a própria covardia (A queda). Porém gamento de alguém que cometeu um assassinato (O estrungeiro), ou as refle era considerado um moralista, pois sua obra nos apresenta temas como o juipreocupado por questões morais. Por exemplo, Albert Camus, escritor francês, tiva que adquiriu. O moralista, no sentido primeiro, é simplesmente alguém lembrar aqui que a palavra "moralista" não tem, na origem, a conotação negaseu militante, esse normatizador e vigia contumaz da vida alheia. Devemos de estreito; muito pelo contrário. Se ele foi um moralista no sentido antigo, nas por intermédio de critérios normativos, notadamente com uma clara voca moralista é alguém que interpreta, e portanto julga, a maioria das ações huma Em primeiro lugar, deve-se observar que o sucesso do vocábulo "ética"

hoffer hoffer

ção a normatizar condutas sexuais ou a elas associadas (jeito de se vestit, de falar, etc.); é alguém rígido, com pouca vocação para a compreensão psicológica das ações, é alguém extremamente vigilante das condutas alheias, em geral mais do que em relação às próprias (daí a aproximação de sentido entre moralista e hipócrita). Aceitando, linhas gerais, a definição pejorativa que acabo de dar de "moralista", entende-se que quem vê esse tipo de pessoa como legítimo representante da "moral", procura fugir deste antipático conceito, preferindolhe outro, livre de associações negativas.

Um evento social que contribuiu para empurrar o vocábulo "moral" para as linhas de fundo do discurso foi a onda libertária dos anos de 1960, durante a qual clamou-se que era "proibido proibir" (lema de maio de 1968, na França). No Brasil, a investida pedagógica do governo militar que levou o nome de Educação Moral e Cívica ajudou a empurrar a palavra "moral" para os calabouços semânticos da Educação.<sup>7</sup>

do "proibido proibir" juvenil, da época dos meninos e das meninas que amamoral é suspeita porque fala em normas: ora, as atuais referências a "ética" são do. Blondel e Sptiz afirmam que não, e precisamos lhes dar razão. A palavra essa migração trouxe consigo alguma novidade, do ponto de vista do conteúque Canto-Sperber chama de "fetichização da regra", decorrência de uma falta de reflexão sobre os princípios de onde derivam, se não estamos assistindo a normatizadora, à qual assistimos hoje, e que as estreitas balizas do "políticaprolíferação de diversas "éticas" são o sintoma de uma espécie de fúria como a moral o faz. Nenhuma real novidade, portanto. Ou melhor, há uma: a cas (seres humanos e animais), e outros mais, todos inspirados pelos Direitos bres: respeito pelo eleitor, pelo consumidor, pelo sujeito das pesquisas científide conduta. Criam-se comitês de ética na pesquisa: mais regras. Note-se que os Elaboram-se códigos de ética nas empresas: mais uma vez, declinam-se regras mas, por limites, por controle. Fala-se em ética na política: trata-se de regras parecem mais relacionadas a uma demanda quase que desesperada por nor vam os Beatles e os Rolling Stones, as constantes referências atuais à ética tão normativas quanto aquelas associadas à moral. Longe de traduzir os ideais multiplicação das normas resolve o problema, ou se não estamos caindo no ra se esvai e que reina a desconfiança. Todo o problema consiste em saber se a se banaliza, assim como se banalizam as incivilidades e a violência, que a honbulo – porque julga-se que algo vai mal nas relações sociais, que a desonestidade verdade, pensa-se muito na moral, mas com medo de empregar o terrível vocámetidos. Como já o sinalizaram alguns autores, fala-se muito em ética – na número assustador de medidas de controle a que somos cotidianamente subvíduos? Responder afirmativamente a essa indagação taz sentido, haja visto o rência de uma crescente desconfiança em relação à consciência moral dos indimente correto" traduzem com perfeição. Tal fúria não será, na verdade, decor-Humanos. Todavia, o fato é que as referências à ética tratam de deveres, assim valores em nome dos quais tais investidas éticas se realizam são os mais no-Então, hoje, fala-se em ética, e não mais em moral. Mas cabe perguntar se

uma "tirania ética", segundo a feliz expressão da mesma autora. Em resumo, vale a pena perguntar-se se a moda atual dos empregos da palavra ética não traduz, por um lado, a fantasia intelectual de crer que se está falando em algo profundo, científico, muito mais nobre do que a moral, e, por outro, uma espécie de volta para o passado, de volta para um fundamentalismo moral, agora com ares de sofisticação filosófica. Eis a pergunta. Minha resposta é a de que, por pensarem que seguem a nobre ética, muitas pessoas inconscientemente solapam a liberdade e a autonomía, por intermédio de um dogmatismo que não se assume enquanto tal.

Mas vamos agora às definições de moral e de ética que, por convenção, vou assumir daqui para frente e que são bem diferentes daquelas que acabo de comentar. Não se trata de níveis de abstração, nem de fronteiras entre as esferas privada e pública, muito menos de vergonha de falar em moral. Reservo à cada palavra respostas a duas perguntas diferentes. À indagação moral corresponde à pergunta: "como devo agir?". E à reflexão ética cabe responder à outra: "que vida eu quero viver?".

Não sou o único a reservar os dois conceitos para referir-me a dimensões distintas da vida humana. Os filósofos Comte-Sponville (Comte-Sponville e Ferry, 1998) e Bernard Williams (1990) também o fazem. Na mesma linha, Paul Ricoeur (1990) reserva a palavra ética para o que diz respeito ao tema da "vida boa" e a palavra moral para as normas caracterizadas pela pretensão à universalidade e com efeitos de coação. Canto-Sperber (2002), embora empregue ética e moral como sinônimos, aceita que a diferença entre a esfera das leis e a busca de uma "vida boa" é relevante, e pondera que essa diferença é a única que realmente pode dar algum sentido à busca de definições distintas para moral e ética. A sua aceitação provavelmente vem do fato de as duas perguntas, uma relacionada a deveres, a outra a objetivos e à qualidade da vida, serem temas tratados pelas reflexões filosóficas, sejam elas denominadas de moral ou de ética.

Grosso modo, pode-se dizer que as reflexões sobre a "vida boa" foram dominantes até o século XVIII. As diversas teorias sobre a definição da felicidade e a sua conquista respondem pelo nome de audemonismo. Algumas consideram que os homens sabem o que é a felicidade, devendo a filosofia dar-lhes as técnicas apropriadas para conquistá-la. É o caso do utilitarismo de Stuart Mill (1861/1988), para quem a felicidade consiste em prazer e ausência de dor – coisa que todo ser humano, segundo ele, sabe muito bem, mesmo que intuitivamente. Outras teorias debruçam-se sobre a problematização do que seja a felicidade, negando-lhe um status natural. Aristóteles é um ilustre representante dessa corrente, e sabe-se que ele afirma que não há felicidade possível sem o cultivo das virtudes, por intermédio do qual os homens podem atingir a alevação.8 Os teóricos do eudemonismo não desconhecem a dimensão deontológica (deveres) e sua importância fundamental para o convívio, mas a colocam no segundo plano de suas reflexões, reservando o primeiro plano à pergunta "que vida eu quero viver?". Esse não é o caso de pensadores como

Color weeds

Kant, o qual elege a dimensão dos deveres como central em suas reflexões. Tal eleição, porém, não o impede de abordar o tema da felicidade: para ele, a tarefa da moral não é a de ensinar como ser feliz, mas como *merecer* sê-lo. Em suma, os dois temas, o da moral – deveres – e o da ética – "vida boa" –, encontram-se em todas as reflexões sobre as condutas humanas e o porvir de suas vidas. Não somente se encontram, como freqüentemente se articulam. Acabamos de vê-lo segundo Kant (o merecer ser feliz é, na verdade, a única forma de sê-lo), e o vemos também segundo Stuart Mill, que deriva as regras morais da busca do prazer e do evitamento da dor. O utilitarismo, segundo o qual a boa regra moral é aquela cuja aplicação resulta no maior bem para a maioria das pessoas, ilustra bem a possível interdependência entre a reflexão sobre as normas de conduta e a busca da felicidade individual e/ou coletiva.

Para nós, portanto, falar em moral é falar em deveres, e falar em ética é falar em busca de uma "vida boa", ou se quiserem, de uma vida que "vale a pena ser vivida". Peço ao leitor que fixe essas definições. Mas alguém poderá perguntar agora qual a razão da distinção de sentido. Nosso trabalho, daqui para frente, será justamente o de responder a essa pergunta, mostrando que o papel da dimensão afetiva da ação moral tem suas raízes nas opções éticas dos indivíduos.

Para tanto, precisamos aprofundar um pouco a análise das esferas moral e ética, começando por distinguir forma de conteúdo, distinguindo portanto o que chamarei de "plano moral" e "plano ético" (formas) e os possíveis conteúdos que podem ocupá-los.

## THO NOR

Impõe-se distinguir forma e conteúdo, quando se trata de moral. Como vimos no início deste capítulo, não há como não reconhecer, como o afirma coesa em torno de princípios e regras herdados da tradição; essa majoria assuassociados à moral. Os próprios teóricos da virtualidade de um universalismo cuidado com a vida e a verdade) ou de se teorizar um desenvolvimento moral despeito de se encontrarem alguns temas presumivelmente universais (como o comum é o sentimento de obrigatoriedade mos que há algo em comum a todas as expressões da moralidade. Esse algo em Porém, se falamos em "forma", distintamente do conteúdo, é porque assumisentar muitas dificuldades reconhecermos a pluralidade de sistemas morais me, sem maiores críticas, a moral de seu tempo. Não parece, portanto, aprenão um guia para a sociedade, mas sim a garantia de que ela se mantenha moral, Piaget e Kohlberg, observaram que a maioria das pessoas vé na moral nas diversas culturas, e até nos diversos indivíduos, um leque de conteúdos cidade e a justiça, deve-se reconhecer que se encontram, nas diversas épocas, que caminharia em direção à legitimação de princípios inspirados pela recipro-Tugendhat (1998), que existe uma diversidade de sistemas morais. Logo, a

Lembremos que defini como questão moral a pergunta "como devo agir?". O verbo "dever" precisa ser entendido no seu sentido de obrigatoriedade (e não no seu sentido de probabilidade, como na expressão "ele deve estar chegando"). Do ponto de vista cultural, não há dúvida de que a exigência colocada aos indivíduos de agir segundo certas leis é uma realidade universal. Existirá algum grupo humano sem a imposição de deveres? Certamente, não. Portanto, a exigência social do cumprimento do dever corresponde à "forma", que pode receber variados conteúdos (o que é dever aqui não o é all).

tência de um sentimento de obrigatoriedade, de um plano moral psicológico. convencidas de que assim agindo fazem o bem, é porque acreditamos na exismos que, de fato, há pessoas que agem por dever, isso porque intimamente psicológica. Moral e hipocrisia seriam sinónimos. Em compensação, se pensar aos deveres e ao Bem, não passaria de um discurso, pois não teria realidade castigo ou por esperança de recompensa. Nesse caso, a moral, com sua referência morais, não por dever, mas em razão de um cálculo de interesses, por medo do kantianos. Se negamos a existência de um sentimento de obrigatoriedade, é nunca agem por dever, mas sempre conforme o dever, para retomar termos na existência psicológica do plano moral, é porque pensamos que os homens de obrigatoriedade que pode receber diversos conteúdos. Se não acreditarmos afirmar que se identifica nos homens um plano moral, ou seja, um sentimento indivíduo a agir de determinadas formas, e não de outras. Se existir, podemos uma auto-imposição, ou seja, mandamentos da consciência que impelem o porque fazemos a hipórese de que cada um segue regras oriundas dos sistemas Do ponto de vista psicológico, a questão resume-se em saber se existe

vazio, há tempos que a humanidade não falaria mais nela. Ou não haveria muiros outros exemplos. Penso, aliás, que se a moral fosse apenas discurso resistentes franceses que atriscavam suas vidas (e a se verem submetidos às em sua luta pela liberdade, em Martim Luter King em sua luta pela justiça, nos de principios morais pode dificilmente ser colocada em dúvida. Penso em Gandhi diferente?) ou por esperança de recompensa (que recompensa ela esperaria?). medo do castigo (que castigo real recairia sobre essa mãe, se agisse de forma que sacrifica muito de seu tempo e interesses para cuidar dos filhos), por um limites para a ilusão? inóspitos e perigosos, ajudar necessitados em várias regiões do mundo. E há nazistas, nos médicos que abandonam seu conforto civilizado para, em lugares piores torturas) para ajudar judeus a escapar dos campos de concentração E temos exemplos históricos de personagens cuja abnegação pessoal em nome por um calculo de interesses pessoais (sacrificar-se por outrem, como a mãe Temos sempre em volta de nós exemplos de atitudes dificilmente explicáveis manas, é difícil afirmar que as ações realizadas por dever moral não existem Embora possamos ser extremamente céticos em relação às virtudes hu

No campo da psicologia, o fato de haver pesquisadores – e dos melhores – debruçando-se sobre o fenômeno moral, atesta que eles acreditam e provam que a moralidade é uma realidade psicológica. Durkheim, assim como Piaget e

Gr.) Gr.)

Kohlberg, não duvida da realidade do sentimento de obrigatoriedade. O costumeiramente céptico Freud tampouco: ele chegava a comparar as ordens do superego ao imperativo categórico kantiano, ao sentimento do dever incondicional. Para o filósofo, a fonte desses deveres é a razão; para Freud, é uma instância inconsciente, mas o que importa notar é que, para ambos, o sentimento de obrigatoriedade corresponde a uma realidade humana. Levy-Bruhl (1902/1971), Dupréel (1967), Flanagan (1996) e outros conclamam os cientistas sociais a explicar o fenômeno do respeito pela regras morais, fenômeno raro, talvez, mas cuja realidade é inegável.

Em resumo, podemos afirmar a existência de um plano moral: do ponto de vista sociológico, pelo fato de não se conhecer cultura sem sistema moral, e do ponto de vista psicológico, pelo fato de os seres humanos serem passíveis de experimentar o sentimento de obrigatoriedade, o sentimento do dever moral.

Algumas observações complementares são necessárias.

cause prejuizos a quem a proclama, ou a terceiros. Para os chamados conseqüencialistas, como Benjamin Constant (ver Berten, 2004), não somente a reserem bons em si mesmos; as segundas afirmam que o valor moral de uma ação mede-se a partir de suas conseqüências concretas no mundo. É por essa dos atos. Imaginemos agora que, para salvar um grande número de pessoas absolutos, que não dependem, portanto, para ser seguidos, das conseqüências qüencialistas. Em alguns casos, parece mesmo haver a necessidade de deveres isso não basta para encerrar a questão e sempre dar razão às teses consemorte). O senso moral comum costuma dar razão ao pensador francês, mas consequências do ato seriam moralmente condenáveis (levar um inocente à é um imperativo moral absolutamente bom. Para Constant, não, porque as onde ele está escondido? Para a perspectiva kantiana, sim, por que não mentir batem à nossa porta e perguntam pelo fugitivo, é moralmente correto revelai guida por agentes policiais a serviço de uma ditadura sanguinária. Se eles imoralidade. Imaginemos estar escondendo em nossa casa uma pessoa persesociedade impossível como, em certos casos, levaria a injustiças, portanto, à cusa de levar-se em conta as conseqüências de um ato tornaria a vida em mentira sempre condenável moralmente, mesmo que a revelação da verdade imperativo categórico "não mentir" seria bom em si mesmo, sendo portanto a relativo a alguma coisa exterior a eles são chamados de hipotéticos). Assim, o valor não depende das conseqüências dos atos (os imperativos cujo valor é moral é composta de imperativos categóricos, logo, de deveres absolutos cujo dagem kantiana é o exemplo mais notório da visão deontológica. Para ele, a intermédio do debare em torno do valor moral da regra "não mentir". A abortiva deontológica é adotada. Mas não é o caso aquí. Vejamos por que, por razão que quando se fala em deveres morais, costuma-se pensar que a perspecdistinção entre as teorias deontológicas e aquelas teleológicas. As primeiras axiológicos e psicológicos. No campo da filosofía moral, costuma-se fazer a rezam que os deveres morais devem ser obedecidos incondicionalmente por A primeira delas refere-se a uma possível confusão entre os registros

sejamos obrigados, por algum grupo de mentalidade perversa, a torturar uma criança. Imaginemos portanto que se não obedecermos a essa ordem cruel, condenaremos à morte mil pessoas ou mais, pois serão assassinadas pelo referido grupo que nos coage. Ora, a despeito da conseqüência nefasta de levar seres humanos ao túmulo, é moralmente defensável afirmar que *nada* neste mundo justifica torturar-se uma criança. Eis o debate axiológico entre perspectivas deontológicas e teleológicas. <sup>10</sup>

te a fazê-lo, como, uma vez tomada a decisão, age coerentemente com seu permanecendo o debate entre eles no nível da filosofia moral, não no níve to pelos adeptos da moral deontológica quanto por aqueles da moral teleológica, ponto de vista psicológico, o sentimento de obrigatoriedade é pressuposto tanveredicto porque, para ele, agir de tal forma é um dever moral. Em resumo, do bruça sobre variadas alternativas de ação porque se sente obrigado moralmenobrigado a decidir qual deles traduz o Bem. Portanto, ele não somente se deconsequencialista pensa nas consequências de seus possiveis atos, pois se sente perspectiva deontológica. Mas também é claro para a outra perspectiva: o experimenta o sentimento de obrigatoriedade. Nos dois casos temos um sujeipsicológico. to moral, inspirado, portanto, pelo sentimento do dever. Isso é óbvio para a posto pela moral deontológica quanto aquele pressuposto pela moral teleológica uma razao psicológica tão simples quanto importante: tanto o sujeito pressudeontológica. Como seria um erro chegar à conclusão contrária. E isso por pela sua relação com o dever traduz nossa concordância com a abordagem Como vimos, sería um erro pensar que o fato de definirmos o plano moral

exemplo do suicídio. Para alguns, o dever exige que se o condene em nome do casos, o dever aparece claramente, e o indivíduo por ventura indeciso apareceajuda a pessoas que tudo perderam em razão de um maremoto? Nesses dois das a respeito do caráter condenável do estupro, ou do caráter louvável da seguiria o caminho do dever como se esse fosse uma estrada desimpedida de de uma busca sincera e criteriosa de argumentos fortes. Aliás, pode até aconteestarem indecisos, não são inspirados pelo sentimento do dever? Certamente vençam a tomar posição. Ora, podemos dizer desses últimos que, pelo fato de tros ainda, a dúvida permanece, pois não encontram argumentos que os connome do valor da liberdade de escolha dos destinos da própria vida. Para ouvalor absoluto da vida. Para outros, o dever exige que não se o condene em da eutanásia, das clonagens para fins terapênticos, e outros mais. Tomemos o dilema moral. Mas pode haver dilemas, como no caso do suicidio, do aborto, ria como moralmente suspeito. Em uma palavra, em ambos os casos não há dever aparece claramente. Por exemplo, que sujeito moral haverá de ter dúviobstáculos. Ora, esse não é sempre o caso. Há, é verdade, situações nas quais o sempre sabe perferramente como agir. O sujerto moral nunca teria dúvidas e em sentimento de obrigatoriedade pode dar a pensar que quem o experimenta nao, pois sua indecisão não é decorrência de indiferença ou desleixo, mas sim A segunda observação é, de certa forma, complementar à primeira. Falar

cer de serem sujeitos morais mais sofisticados que aqueles que já tomam posição, se estes o fizeram sem maiores reflexões, adotando dogmas ou limitandonão sei". Voltaremos a esse rema no capículo seguinte, quando forem apresenqual o dever a ser seguido. O sábio é às vezes aquele que diz sinceramente: "eu se a seguir fielmente as decisões de autoridades políticas ou religiosas. Em resumo, o sentimento de obrigatoriedade moral não implica sempre o saber-se tados os conceitos de equacionamento e sensibilidades morais.

transgressor do círculo de convívio ou a demissão do emprego sem justa cauque caracteriza o plano moral seria apenas despertado por exigências sociais. E certo que tais exigências dão visibilidade às normas morais cuja transgressão que, durante a ocupação alemã da França, sendo obrigado e receber em sua transgressão acarreta medidas de controle social privado, como a exclusão do socialmente (por exemplo, não trapacear no jogo, cumprir uma promessa) e a contram tradução jurídica, mas, mesmo assim, a obediência a eles é exigida são acarreta sanções penais (cadeia, multas). Outros deveres morais não ena consciência moral de muitas pessoas seja mero espelho das exigências sociais trabalha. Mas o fenômeno moral não se limita a elas, embora seja provável que acarreta sanções: costumam ser estas que a educação moral prioritariamente aceitável. Em suma, seria um erro pensar que o sentimento de obrigatoriedade como o ato de humilhar o adversário era considerado por muitos moralmente dever não somente era experimentado por poucas pessoas, no calor da guerra suportar a idéia de se humilhar alguém, nem mesmo um adversário. Ora, tal casa um oficial alemão e podendo dar-lhe sinais de desprezo, não o faz por não citei em outro livro (La Taille, 2002) o exemplo do escritor francês Vercors, <sup>12</sup> a agir de forma contrária áquilo admitido como moralmente justificado. Já mas não a exigem. E pode também acontecer que uma pessoa se sinta obrigada da sociedade costumam admirar tal atitude, considerá-la moralmente elevada, do a gastar parte importante de seu tempo em obras assistenciais: os membros exigiveis pela sociedade. Imaginemos que alguém se sinta moralmente obrigasa. 11 Porém, algumas pessoas podem colocar a si mesmas deveres morais não das moralmente (respeito à vida e à propriedade de outrem), e sua transgresção entre dever moral e exigibilidade social. Alguns deveres morais corres análise do plano moral Esse comentário nos leva à ultima observação que julgo necessário tazer para a por exemplo, o caso das normas "não matar" e "não roubar". Elas são justifica pondem a exigências sociais, às vezes consagradas pelo Poder Judiciário. E, A penúltima observação complementar que desejo fazer se refere à rela

o sentimento do dever moral experimentado pela maioria das pessoas? ou o pergunta com números. Apenas indícios podem nos permitir fragmentos de será apenas por uma minoria? Naturalmente, é impossível responder a esta permanecendo um grande número de homens e mulheres inspirados pelo medo resposta. Freud, por exemplo, pensava que o referido sentimento era raro, riedade. Tal frequência pode ser pensada do ponto de vista populacional: será A última observação diz respeito à "freqüência" do sentimento de obrigato-

> prioriza o prazer em relação ao dever. mento de obrigatoriedade decorrência da atual ordem social individualista que afirma que vivemos uma época "pós-moralista", sendo a rarefação do sentido dever, não deixa dúvidas sobre o diagnóstico do autor, o intelectual francês Lipovetsky (1992), são sinais culturais. Em seu livro, cujo título, O crepúsculo alheia. Fraqueza inerente aos homens ou sinais de nossa época? Para Gilles notaremos que eles têm mais queixas do que elogios a respeito da moralidade gressões cotidianas. Se formos interrogar nossos contemporâneos, certamente a moral socialmente dominante, não se espantava de observar tantas transpensa serem "sagradas". Como Piaget fazia a hipótese de que a heteronomia é ma erràtica, frequentemente desobedecendo, na prática, às leis que ele mesmo legitima não terem sido elaboradas pela sua inteligência, comporta-se de forsão semelhante: para ele, o heterônomo moral, pelo fato de as regras do castigo. Piaget raciocinava de forma diferente, mas chegava a uma conclu-

soas fiéis e atenciosas com seu amigos, mas que os esquecem ou até mesmo os equacionar a questão parece-me ser o de conflito. Quem já não observou pesde forma o bastante forte para serem por ele inspiradas. O conceito-chave para to na população, mas sim na freqüência com que as pessoas o experimentam outra forma, penso que a questão não está na frequência do referido sentimende obrigatoriedade ser às vezes mais fraco do que outros sentimentos. Dito de moral que acometeria a quase todos, mas sim ao simples fato de o sentimento habituais, infelizmente – não se devem à uma suposta falta total de senso que é traço psíquico fregüente. E penso também que os "eclipses" morais jóia rara ou traço psíquico comum à maioria das pessoas. Pessoalmente, penso sões, são desprovidas do sentimento de obrigatoriedade, ou se esse sentimento que o que acabo de descrever corresponde, às vezes, à realidade, cabe nos da maior gravidade, na sua própria história de vida? Se o leitor me concede dia roubam, trapacciam ou mentem, quando uma tentação se apresenta a elas? traem assim que interesses pessoais entram em jogo? Quem já não observou sobrariam heróis e santos no campo do "bem", o que certamente não represendo "mal", todos os indivíduos que, um dia, agiram contra a moral. Somente apenas não foi o bastante forte para impedir ações contrárias à moral. Ora, perguntarmos se tais pessoas, a quem atribuímos hipoteticamente transgres-Perguntaria mais: quem já não observou fenômenos parecidos, de menor e até pessoas que costumeiramente se comportam de forma honesta, mas que um osas: Schindler, que arriscou sua vida para salvar judeus das garras dos nazis são raros como seus protagonistas não costurnam ser pessoas totalmente virtuvontades diversas, a vontade moral predomina. Mas tais casos não somente Neles, o sentimento de obrigatoriedade de agir de forma justa ou generosa é capazes dos maiores sacrificios pessoais em nome de certos válores morais. taria muita gente. Com efeito, os chamados heróis e santos são aquelas pessoas penso que seria exagerado jogar para o campo da imoralidade, para o campo torte o bastante para dominar quaisquer outras vontades. No conflito entre Deixo ao leitor a tarefa de avaliar se o sentimento de obrigatoriedade é

E.P.

tas, era, segundo o relata Flanagan (1996), péssimo marido, e Luther King, que corajosamente dedicou sua vida ao ideal de justiça, um adúltero reincidente. Em suma, não me parece ser, do ponto de vista da psicologia, uma boa opção teórica dividir os seres humanos em morais e não-morais. O problema maior não está em detectar a presença ou a ausência do sentimento de obrigatoriedade, mas sim a sua *força*.

Ora, falar em "força" implica assumir uma teoria energética das ações humanas, portanto, de uma teoria da afetividade. É justamente para dar conta dessa questão que diferenciamos moral de ética. Vámos então analisar o que chamamos de *plano ético*.

articula com a questão dos deveres, embora haja exceções, como Ricoeur (1990) no Brasil. Neste início de século XXI, encontrar respostas para levar uma "vida de antigos textos sobre a felicidade (como o de Bertrand Russell, 1962) e o organizados por Bennett (1995). Não deixam de ser sintomáticas as reedições escrito sobre elas, e sabe-se do sucesso editorial dos "Livros das Virtudes", objeto de renovadas reflexões: autores contemporâneos como Comte-Sponville Comte-Sponville (1995), Collin (2003) e MacIntyre (1981). rentemente do que se fazia na Antigitidade, não faz referências à moral, não se preocupante notar que, quase sempre, a reflexão ética contemporânea, difeboa" parece corresponder a uma urgência existencial. Porém, é de certa forma Ferry (2002) na França, Seligman (2004) nos Estados Unidos, e Giannetti (2002) empenho de outros autores em equacionar esse mesmo tema, como o fizeram (1995), MacIntyre (1981), Sentis (2004), Tugendhat (1998), entre outros, têm intimamente relacionado à ética, tal como a definimos aqui, também tem sido de levar seus leitores à reflexão sobre o como "viver bem". O tema das virtudes, ções no mundo ocidental. Os problemáticos livros de "auto-ajuda" não deixam pergunta tem sido, ultimamente, objeto de variadas publicações ou re-publicapergunta: "que vida eu quero viver?". De passagem, vale a pena notar que essa Reservamos a questão ética para as respostas existenciais referentes à

Considerando o que foi dito, é inevitável notar que as respostas à pergunta "que vida eu quero viver?" forman um amplo leque de conteúdos: dinheiro, amor, sexo, sucesso profissional, paixões, glória, poder, ataraxia, emoções fortes, virtudes, serenidade, vida familiar, aventuras, reputação, temperança, paz, isolamento, amigos, trabalho, lazer, autenticidade, auto-estima, auto-superação, religião, beatitude, etc. A lista talvez não tenha fim. Encontramos praticamente tudo e seu contrário. A dificuldade de um tratamento objetivo do tema explica, ao menos parcialmente, a sua pouca exploração por parte da psicologia, o que deixou o campo livre para os "vendedores de sonhos" que abarrotam as livrarias com seus opúsculos. Mas para definirmos um "plano ético", devemos fazer um esforço de objetividade e procurar encontrar algo que seja co-

mum a todos esses conteúdos. Fizemo-lo para definir o plano moral: identificamos o sentimento de obrigatoriedade como elemento comum a todas as morais. Considerando que exista, qual será o elemento comum a todas as opções
éticas? Como fazemos uma análise psicológica, melhor formular a pergunta de
maneira mais precisa: que elemento psicológico estaria necessariamente contemplado para que se possa de fato viver uma vida boa? Se encontrarmos tal elemento, se encontrarmos algo de incontomável para todas as respostas éticas
realmente satisfatórias para os seres humanos (podem haver ilusões de felicidade, que mais trazem sofrimento que bem-estar), teremos como definir o
plano ético para, em seguida, articulá-lo com o plano moral.

A tarefa é delicada. Séculos de filosofia, de busca da sabedoria estão aí, tanto para mostrar-nos que o rema da "vida boa" ou "felicidade" é incontornável – se não o fosse, porque seria ele recorrente? – quanto para provar-nos que é de difícil abordagem – nunca houve unanimidade de opiniões. No emaranhado de teses sobre definições e meios de atingir este "supremo bem" que é a felicidade, é preciso provermo-nos de um método de análise, de passos que logrem nos aproximar de características minimamente convincentes para definir o plano ético.

ses casos, notamos que elas possuem "objetivamente" condições de vida inveela lembra que não é possível ser feliz sem se sentir feliz. Não raro dizemos de de, do "sentir". Parece-me difícil discordar de Canto-Sperber (2004) quando ções objetivas e mensuráveis, ou se ela corresponde a uma experiência subjetiva. A de à "vida boa". Não se trata, é claro, de descartar a contribuição de certas rém, tudo leva a crer que, para elas, rais bens não "trazem a felicidade", ou, ca, fama, sucesso profissional, saúde, condição financeira tranquila, etc. 3 Pojáveis, habitualmente associadas a possíveis estados de bem-estar: beleza físidessas mesmas pessoas se mostrarem desanimadas, tristes, depressivas. Nesresposta a essa indagação parece clara: a "vida boa" é da alçada da subjetividaquer tipo de gratificação. Penso que seria cair em um irrealismo afirmar que a sentir-se feliz na miséria, na doença, no desprezo social, no trabalho sem qualcialmente pela negação: é muito difícil, embora não totalmente impossível, condições concretas de vida para o usufruto da felicidade. Isso fica claro essencasos devem nos convencer da importância da experiência subjetiva que presipelo menos, não são suficientes para garanti-la. Elas não se sentem felizes. Tais pessoas que "elas têm tudo para ser feliz", e logo nos espantamos com o fato clusão é coerente com a definição de plano ético como forma. Como essas avaliações podem receber variados contcúdos, nossa primeira con por avaliações pessoais a respeito de se estar vivendo, ou não, uma "vida boa" dos internos", ele é uma experiência subjetiva. Logo, o plano ético é ocupado pende da subjetividade.<sup>15</sup> Em resumo, o gozo da felicidade depende de "esta: felicidade é "puro" estado subjetivo. Mas parece apropriado dizer que ela de-O primeiro passo consiste em avaliar se a "vida boa" é decorrência de condi-

Isto posto, um segundo passo para elaborarmos o conceito de plano ético consiste em avaliar qual a relação entre o sentir-se feliz e o eixo do tempo. Será a

e também adere à abordagem holística da "vida boa". Se pensarmos na conembora coloque o prazer no centro de sua ética, segue os passos de Aristóteles. algo que diga respeito, se não a uma vida inteira, pelo menos a algo que transto de ao lado Dele passar a eternidade, também fica clara a articulação entre a cepção cristă de felicidade, que implica a comunhão com Deus e o merecimenfruto do cultivo das virtudes, cultivo árduo e que ocupa toda uma vida. Epicuro, da "vida boa", veremos que contemplam a vida como um todo, e não como para ser aceita. Se convocarmos os filósofos que se debruçaram sobre o tema cenda o aqui e agora? A resposta não parece oferecer maiores dificuldades ciência da direção que damos às nossas vidas. a felicidade não é dada por nenhuma experiência particular, mas sim pela consexige a transcendência do aqui e agora. Como o escreve Paul Ricocur (1990) característica de experiência subjetiva, a felicidade, para merecer esse nome tos agradáveis. Por enquanto, penso podermos assumir que, ao lado de sus culdade de pensar a felicidade em termos de somatória de pequenos momen quando tratarmos do prazet, a oportunidade de voltar um pouco sobre a difisensação imediara de gozo, dá-lhe sentido existencial. Teremos, logo abaixo, à felicidade, e elege a alegria para ocupar o seu lugar: a alegria transcende a ponto de partida possível para a filosofia moral, lembra que a reflexão deve Williams (1990), para quem a questão de Platão (que vida viver?) é o melhor "vida boa" e o fluxo temporal da vida e da morte. Mais perto de nós no tempo, fugazes momentos de prazer. É o caso de Aristóteles, para quem a felicidade é felicidade a somatória de momentos agradáveis? Ou será que ela depende de insiste no fato de que "vida" deve designar o homem por inteiro, e não práticas incidir sobre a vida como um todo. Ricoeur (1990), para analisar a "vida boa" fragmentadas. Spaemann (1999) descarta o prazer, como sentimento inerente

Um dado recente da psicologia reforça a tese segundo a qual a felicidade depende de elementos identificáveis na "vasta paisagem da existência", para retomar uma expressão de Ricoeur. Lilian D. Graziano (2004), pesquisadora brasileira, encontrou correlação posítiva entre sentimento subjetivo de bem estar (sua definição para a felicidade) e consciência de se ter controle sobre a própria vida (lócus interno de controle). Vale dizer que as pessoas que sentem ter, em geral, liberdade para decidir o que fazer de suas vidas, sentem-se mais felizes do que aquelas que se vêem coagidas. Para além das variadas decorrências teóricas desse dado, creio que uma delas é reforçar o caráter holístico da felicidade: a liberdade de decisão relaciona-se não tanto com o possível gozo de determinadas ações, mas sobretudo com algo que as transcende.

Já efetuamos dois passos em nossa caminhada para definir o plano ético: experiência subjetiva de alguma forma de bem-estar, e avaliação de que essa experiência acompanha o fluxo temporal da vida. O terceiro corresponde a uma questão espinhosa, mas incontornável: qual será a qualidade necessária à referida experiência subjetiva de bem-estar? Podemos formular essa questão de outra forma: qual é a busca existencial de todo homem e de toda mulher? Será a busca do prazer? Minha resposta é negativa. Mas não posso me furtar a anali-

sar, mesmo que rapidamente, a tese do lugar central que ocuparia a busca do prazer na vida de cada um de nós.

Com efeito, o prazer é um tema que costuma irromper na mente quando se pensa em felicidade. Tal irrupção é notadamente intensa nos dias de hoje, dias de verdadeiro culto às emoções fortes, à adrenalina, ao divertimento, dias em que o vocábulo "orgasmo" despiu-se de seu antigo pudor para servir de metáfora para variadas experiências de prazer intenso. Como é notório que a experiência do prazer pode advir de variadas situações, de variados contetidos, poderia parecer que esse conceito adequa-se perfeitamente ao aspecto formal inerente ao plano ético. Todavia, sérias dificuldades existem, e devem fazer-nos descartar a simples referência ao prazer como elemento comum a todas as experiência de "vida boa".

experimentamos, assim como o restante dos animais (prazeres necessários), não - ou não apenas - de matar a fome ou a sede. Os prazeres corporais que um salmão ou um vinho: nesses casos, trata-se de usufruir de algum luxo, e seguindo a classificação epicurista, correspondem a saciação de desejos tamnaturais necessários, como dizia Epicuro (ver Laks, 2004), e correspondem à à idéia de fragmentos de tempo vividos de forma descontínua, discutidos acipengos de dor e de morte, por essa garantia de prazer corporal perene. de por eles que certamente não trocariam a "vida vivida", com seus inevitáveis aparelho elétrico que lhes garantisse constantes "choques de prazer", e responaos seus leitores se aceitariam permanecer para o todo sempre ligados a um quer sistema ético que os equipare à felicidade. Spaemann (1999) pergunta vida" são valorizados pelo comum dos mortais. Todavia, não se conhece qualprincípio da sobrevivência) e o gozo dos chamados "pequenos prazeres da Não há dúvidas de que a saciação de necessidades básicas (relacionadas ao são, por definição, momentâneos: experimentam-se no momento de uma ação bem naturais, mas não necessários, como, por exemplo, a vontade de saboreai cessação de algum desconforto (a fome, a sede, por exemplo). Outros, sempre ma. Existem os chamados "prazeres corporaís". Uns são decorrentes de desejos O sentido mais habitual para a noção de prazer adequa-se perfeitamente

Ao lado dos prazeres corporais, há também aqueles que respondem pelo nome de "prazeres da alma" (aínda segundo a nomenclatura de Epicuro), e que pressupõem as faculdades intelectuais para serem experimentados: o prazer da leitura, de escrever, de ouvir música, de compor, de assistir e de praticar algum esporte, etc. Como os prazeres corporais, os prazeres da alma – ou do pensamento, como também são chamados – são claramente situados no tempo: são experimentados quando da atividade. Bastariam eles para tornar a vida feliz? A resposta a essa pergunta parece menos evidente do que aquela que assumimos para os prazeres do corpo. Mas penso que é igualmente negativa. Imitando Spaemann, podemos indagar se aceitaríamos cessar nossas atividades habituais, interromper o fluxo natural de nossas vidas, se tivéssemos a garantia de, de forma contínua, usufruirmos de prazeres intelectuais. Talvez fôssemos tentados a fazê-lo, mas certamente nos arrependeríamos, pois logo

r (ville Broadl

um cerro tédio e um vazio existencial invadiriam nossas vidas. É, aliás, o que costuma acontecer com os aposentados: comoçam por apreciar sua nova vida, longe das agruras de um trabalho profissional nem sempre gratificante, dedicam-se aos prazeres para os quais não tinham tempo, mas, não raras vezes, perdem pouco a pouco a vontade de viver; alguns reagem procurando atividades que os recoloquem no ritmo inevitavelmente turbulento da "vida vivida". Em resumo, coerentemente com o fato de termos associado a felicidade ao fluxo temporal da vida, não me parece em absoluto que os prazeres do corpo e da alma sejam garantia de uma "vida boa", e que o processo psicológico que nos leva a querer deles usufruir possa ser central para a plano ético.

Mas o leitor poderá contestar lembrando que há éticas clássicas que colocam o prazer no centro dos projetos de felicidade (as correntes hedonistas). Sim, é verdade. Todavia, o conceiro de prazer que empregam não corresponde àquele que acabamos de analisar. Aliás, dele se afastam bastante, tornando problemático o emprego de um mesmo conceito tanto para se referir a apreciação de um bom prato, de uma boa música, quanto para a valorização da amizade, das virtudes, da dignidade. Dois exemplos me parecem suficientes para compreendê-lo.

so gozo. Ora, será que podemos empregar a noção de prazer tanto para nos ou imaginação de momentos ricos de convívio. Trata-se de contentamento com cionarão, o prazer que os encontros marcados com seus amigos lhe garantirão experimentado emana seus eflúvios, mas ainda o momento vivido é referência a referência ao tempo: experimenta-se uma "sensação" agradável no momento referir a esses momentos de gozo quanto para a avaliação do valor de situações um situação na vida, portanto, não limitado à referência a momentos do intenda. Nesse caso, o ser amigo de outrem é que está em jogo, e não a lembrança memória ou pela antecipação de eventos, mas porque saber-se amiga lhe agra das ações. Contudo, pode ser que a pessoa em questão sinta-se feliz não pela po, porém permanece referenciada a determinados momentos, a determina Novamente, a sensação de bem-estar, relacionada ao prazer, dilata-se no tem trará o concerto a que vai assistir, o prazer que próximos banquetes lhe propor necessária. A pessoa poderá ainda sentir-se bem ao antecipar o prazer que lhe versar com seus amigos. Nesse caso, há uma dilatação do tempo: o prazer na vespera, ao comer um bom prato na saída da sala de espetáculos e ao convra. Ela pode estar rememorando o prazer de que gozou ao ouvir um concerto das. Porém, o fato de ter amigos nos projeta em outra dimensão: a do ser reia-se o momento vivido, as sensações agradáveis durante ele experimenta companhia, a comparação com bons vinhos e boa música seria possível: sabo da ação. Porém, tal não parece ser o caso em se ter amigos. Insisto no verbo cidade. Mas todo o problema reside em saber o que há de comum entre sabolmaginemos um pessoa momentaneamente sozinha, no sentido físico da pala-"ter". Se fôssemos apenas referir-nos aos momentos em que se está em boa rear um vinho, ouvir música e ter amigos. Entre os dois primeiros, o comum é Epicuro, notável hedonista, coloca a amizade como bem necessário à feli

da vida? Das duas uma: ou pensa-se que sim, e faz-se enrão a hipótese de um achatamento dos sentimentos humanos (todos os sentimentos são facetas de uma mesma sensação, o prazer), ou pensa-se que não, e a noção de prazer torna-se referência para tudo aquilo que o homem busca (e desprazer sendo sinônimo de coisas ruins que os homens procuram evitar), o que implica contentar-se com uma noção psicologicamente vaga e pouco produtiva para compreender a felicidade humana. De acordo com Spaemann (1999), penso que o hedonismo representou um esforço para compreender as motivações das ações humanas – e isso é a sua grande contribuição – mas que sua referência exclusiva ao prazer torna suas teses problemáticas, psicologicamente falando. Dito de outra maneira, o hedonismo tem certamente razão quando sublinha que o homem busca o que é bom para si (e isso mesmo em se tratando de moral), mas parece errar ao resumir essa motivação à busca do prazer, seja porque nos leva a reduzir todos os sentimentos positivos a um só, seja porque "prazer" torna-se aí um conceito demasiadamente vago.

zade. O prazer, cuja experiência é intuitivamente óbvia em atividades como reencontramos as mesmas dificuldades apontadas quando do exemplo da aminós mesmos? Podemos dizer que ambas são fontes do prazer, mas ao afirmá-lo estaria a fonte essencial do prazer? Na atividade? Na concepção que temos de origem deve ser buscada nas avaliações que o homem faz sobre seu próprio sex intrínsecas a essas duas atividades, mas também em função de um valor cuja nho ao conteúdo do que causa prazer. A atração dos homens pela música ou maior intensidade dos prazeres da alma, introduz um novo termo, em si estrafato que o levaria a preferir aqueles a estes. Vemos que Mill, para explicar a se-la mais digno ao gozar de prazeres intelectuais do que prazeres "da carne" sentimento comum a todos os seres humanos, o da dignidade. O homem sentirmente movido por prazeres vulgares, defende sua posição referindo-se a um segundo a qual o hedonismo reduziria o homem ao status de animal, supostalectuais capazes de experimentá-los. O filósofo, preocupado em refutar a idéia prazer, sendo preferidos por aqueles cuja educação lhes deu instrumentos inteos prazeres da alma são superiores aos do corpo, que causam, portanto, mais dade o referido conceito para a psicologia. O que nos diz Mill? Ele afirma que algum tipo de bem-estar, o que, como comentado acima, torna de pouca utilimático, a não ser que entendamos "prazer" como categoria geral do que causa sendo sensações diferentes, colocar ambas na classe do prazer torna-se probleprazer gerado por uma seja mais intenso do que o prazer gerado pela outra. Em atividade causa mais prazer que outra, isso só pode dever-se ao fato de que o zeres. Antes de vermos seu argumento, notemos que, se uma determinada trecho em que defende o hedonismo, ele estabelece uma hierarquia entre pra-(minha dignidade implica que eu prefira tal coisa a tal outra). Mas então, onde pela literatura não se daria, portanto, apenas em razão das qualidades prazerosas felicidade, que se traduz pelo prazer ou pela ausência de desprazer. Em um (1861/1988), outro notável hedonista para quem a única coisa desejável é a Mesma análise pode ser feita da abordagem utilitarista de Stuart Mill

. Zz C.A.D

comer e ver um belo quadro, deixa de ser um sentimento claramente identificável em outras situações, como as de se sentir digno ou merecedor da amizade alheia.

des humanas, mas sublimado. a teoria de Freud dos sistemas hedonistas filosóficos é o fato de ele identificar entre prazer e felicidade: a busca da felicidade é motivada pela busca do prase a esse princípio básico. O valor dado à dignidade, para retomar a teoria seja, desloca-se para variados objetos, notadamente intelectuais (como a ciênno prazer uma dimensão erótica: o desejo sexual estaria em todas as ativida zer, mas não é pensada e usufruída enquanto tal. O segundo ponto que separa colocarmos a busca do prazer na esfera inconsciente opera uma separação experimentado ao se saborear um bom prato. Dito de outra maneira, o fato de prazer, mas aparecerá à consciência de forma bem diferente do que o prazer utilitarista de Stuart Mill, pode ser motivado por uma busca inconsciente do experimentar prazer que está em jogo: variados sentimentos podem associar-O primeiro: a busca do prazer é uma motivação inconsciente. Logo, não é o Epícuro e Mill. Todavía, ela traz dois pontos que a separam claramente destas. cia e as artes). Aparentemente, a teoria freudiana é hedonista, como as de corporal, mas tal busca sofre paulatinamente um processo de sublimação, ou Trata-se de uma reoria genética: no início da vida, o bebê procura o prazet das atividades do homem é o "princípio do prazer", foge a essa circularidade círculos. Falta dizer que Freud, ao afirmar que uma motivação fundamenta mos a uma quase sinonímia entre prazer e felicidade – o que nos faz andar en de à somatória de momentos agradáveis — tese que já rechaçamos — ou chegacomo elemento-chave do plano ético é insatisfatória: ou reduzimos a felicida-Em suma, penso que, do ponto de vista psicológico, a referência ao praze

Temos, portanto, na teoria psicanalítica, uma abordagem sui generis e genuinamente psicológica da função do prazer na economia das ações humanas. 7 Sabe-se de sua força e coerência, sabe-se rambém de sua influência no pensamento moderno. Mas, naturalmente, a psicanálise não alcança unanimidade. Seu "pansexualismo", para empregar uma expressão de Piaget, não pode ser aceito sem maiores precauções, tampouco sua referência a pulsões para dar conta da mola mestra que impulsionaria a vida. De minha parte, creio que os sentimentos têm, por assim dizer, "vida própria": pode ser que sejam sublimações do principio do prazer, mas uma vez constituídos, atuam de forma independente nas atividades humanas, cabendo, portanto, estudá-los enquanto rais. Em outras palavras, não penso que se deve reduzir a dimensão dos sentimentos àquela das pulsões. Logo, a aceitação da realidade energética e da função genética do princípio do prazer não implica contentar-se com elas para definir o plano ético.

Precisamos, portanto, para compreender de que se nutre a "vida boa", sob seus vários aspectos e conteúdos, encontrar uma necessidade psicológica incontornável, que transcende episódios de vida, e passível de ser concebida enquanto tal pela consciência. Tal parece ser o caso do sentido para a vida.

Talvez não haja maneira de escolher "como viver" sem ter alguma resposta subjetivamente convincente para o "para que viver?".

aqui também as pessoas que arriscam a vida na luta por alguma causa. Não se mulheres-bomba que, conscientemente, resolvem matar e se matar em nome vida, paradoxalmente a reforçam: refiro-me aos "kamikases", aos homens e notórias, mas que, longe de desmentir a relação entre suicídio e sentido da do, na maioria das vezes, a um vazio de sentido existencial. Há outras exceções sentido da vida, ao não mais se saber por que levantar de manhã, porque de sobrevivência. Sublinho que é do próprio Durkheim o emprego da exprestido a seus esforços para viver, do que em situações de dificuldades materiais da coesão social, privados portanto de referências comunitárias que dêem sene não a regra. Suas pesquisas mostraram que se observam mais casos de suicíestudo sociológico sobre o suicídio (Durkheim, 1988), representam a exceção exemplo). Existem tais casos mas, segundo Durkheim, autor de um célebre acontecimento claramente situado no tempo (a perda de um ente querido, por sespero, em razao de alguma dor aguda, lísica ou moral, causada por algum cionalmente um fim às suas vidas em razão de experiências episódicas de denos, o suicídio tem certamente múltiplas causas. Há pessoas que põem intenquerer mais viver e a se suicidar. Como a grande maioria dos fenômenos humanas origens possíveis do grau máximo de infelicidade, que leva alguém a não Para melhor apreciar o quanto a pergunta do plano ético "que vida viver?" implica outra, "para que viver?", talvez seja boa estratégia pensarmos reputo central para a ética e sua relação com a moral suicídio é a perda do sentido da vida. Pensemos nos suicídios decorrentes da não sobreviver. Mas tais casos também são raros. 18 A causa mais frequente do aproxima, psicologicamente falando, daqueles que tém certeza absoluta de rem a probabilidade, frequentemente altíssima, de perderem suas vidas, os trata de suicídio, pois esperam vencer a luta sem morrer, mas o fato de aceitadizer que, nesses casos, morrer encerra uma razão de viver. Devemos lembrar do sentido da vida, o suicídio a coloca de maneira escancarada. Poder-se-ia de um ideal político ou religioso. Nesses casos, longe de fugir a problemática trabalhar, por que preparar-se para o dia seguinte. O suicidio estaria relacionasão "sentido a seus esforços": o suicídio estaria assim relacionado à perda de dio em situações em que os indivíduos se encontram privados dos benefícios um sentido atribuído à existência? Voltarei em breve ao tema da honra, que dizia-se, antigamente. Ora, o que é a honra senão uma razão perene de viver perda da honra: melhor morrer do que viver sem honra, diz-se, ou melhor,

Por enquanto, penso que Albert Camus (1973) tem razão quando postula que o problema filosófico mais importante de todos é o suicídio: esse ato derradeiro mostra, pela negação, o quanto o sentido da vida é o mais urgente dos temas humanos, pots, sem ele, não se vive. Não somente sem ele não se vive, como nossas ações mais decisivas, às quais nos engajamos por inteiro, são aquelas em que ele está em jogo. O próprio Camus lembra que Galileu, possuidor de uma verdade científica da maior importância, abjurou-a para não ser

condenado à morte, e que nunca se viu ninguém morrer em defesa deste ou daquele argumento ontológico. Ora, se não se morre pelos trajetos dos planetas em torno do Sol, ou pela afirmação de que a essência precede a existência, ou vice-versa, é porque não se vive para eles. Para Galileu, a vida não deixava de ter sentido pelo fato de as evidências científicas serem negadas por motivos religiosos, mas provavelmente deixaria de fazer se ele não pudesse mais se dedicar à ciência. Foi esse sentido que determinou a sua ação de mentir ao dizer publicamente que abjurava suas teorias: assim ele pôde permanecer escrutando o cén. Com Sócrates foi diferente: acusado de corromper a juventude e por isso condenado à morte, preferiu morrer a renegar suas idéias, porque elas diziam diretamente respeito à sua forma de conduzir-se na vida, à sua ética. Viver de outro modo que não "socraticamente" não teria feito sentido para ele.

maneira como as pessoas concebem a morte. A morte pensada enquanto paspapel previamente determinado pela sociedade – de pai, de mãe, de filho, de na busca de uma vida com sentido. Com efeito, pensar-se como ocupando um acrescentar-se o individualismo contemporâneo como elemento complicador realidade da morte, concebída cada vez mais como puro evento biológico, deve nossas ações se o tempo bruscamente e imprevisivelmente as interromperá? A cie de "buraco negro" que pode tragar as razões de viver. Qual o sentido de carnação, a perspectiva inelutável de seu advento transforma-se em uma espécomo fim derradeiro, ou se são fortes as dúvidas de que haja paraíso ou reen transcenderão o tempo e o espaço. Porém, se a morte é friamente pensada que confere à vida um sentido de etapa, de seqüência de ações cujos frutos sagem de uma forma de vida para outra corresponde a uma idéia suportável, c viver, devem-se ao enfraquecimento da influência dos sistemas religiosos na to" do mundo, bem como a decorrente problematização das razões de nele estranhamemo existencial. Entre outras razões, o moderno "desencantamenabsurdo, e que Sartre fala em náusea para ilustrar o sentimento de total é por acaso que Camus procura as razões de viver naquilo que ele chama de qual. Atualmente, a dúvida recai sobre a própria existência de um sentido. Não davam de que a vída pudesse ter um sentido, todo o problema residia em saber vida tomou uma dimensão desesperadora. Antigamente, as pessoas não duvimundo". Ele observa que, nas reflexões éricas modernas, o tema do sentido da dignas de ser realizadas e que, conseqüentemente, traduz a nossa "situação no insiste no fato de que "dar sentido" às ações é identificar aquilo que as torna e podemos lembrar também de Sartre (1943), Morin (2004), MacIntyre (1981), essa questão para elaborar seus estudos morais e éticos. Já falamos em Camus plano: o sentido da vida depende de avaliações subjetivas e é tema que acom-Collin (2003) e Taylor (1998), para citar apenas autores recentes. Esse último panha o ser humano ao longo de sua existência. <sup>19</sup> Vários autores referem-se a sentido da vida corresponde às duas características já atribuídas ao referido necessidade um clemento essencial à definição do plano ético. Além do mais, o sária para a "vida boa", seja ela qual for, e que, portanto, encontramos nessa Em resumo, creio que viver uma vida que faça sentido é condição neces

> mundo ocidental contemporâneo.<sup>21</sup> melhores.<sup>25</sup> Todo problema, mais uma vez, parece mesmo residir na questão patamar são justamente aqueles nos quais as condições materiais de vida são suicídios). Os países que levam os números de morte voluntária a esse terrível mar as mortes decorrentes dos crimes e das guerras para igualar o número de das, o suicídio é, de longe, em nosso planeta, o mais frequente (é preciso soestatística da ONU de 2002, entre as causas de morte intencionalmente causaconsiga, portanto, saber como viver. Pode ser por esse motivo que, segundo suas idiossincrasias, encontrar a si mesma, encontrar a razão de viver, e não sua própria personalidade. E talvez muita gente não consiga, na solidão de de, de sua singularidade: cada um deve escrever seu próprio papel, construir definições claras (o que é ser pai? ser mãe? etc.), como não são vistos como tura arribuía a esses papéis. Hoje em dia, não somente esses papéis carecem de do sentido da vida, questão essa presumivelmente mal ou não resolvida no moderno é cada um encontrar sua identidade no seio de sua própria intimidaportadores de identidade. Como analisado por Richard Sennett (1979), o idea: trabalhador, etc. – permítia "tomar emprestado" o sentido e o valor que a cul-

Falta-nos dar o *quarto e último passo para definir o que seria invariante no plano ético. Já sabemos que toda e qualquer resposta para a pergunta "como viver?" deve ter valor subjetivo, relacionar-se ao fluxo da vida e ser portador de sentido existencial. Vamos acrescentar outro aspecto: a resposta para o "como viver?" deve permitir a realização da "expansão de si próprio". Vamos conhecer o que me leva a eleição desta quarta característica do plano ético.

No item anterior vimos que a pergunta "mae vida viver?" relaciona-se à* 

No item anterior, vimos que a pergunta "que vida viver?" relaciona-se à outra: "para que viver?". Dessa relação, resgatamos o tema do sentido da vida. Mas ela também relaciona-se a uma terceira: "quem ser?"; ou seja, ela coloca em paura o tema da identidade pessoal.

vida, do "ser" na vida, e não de um "ser" fora do tempo e do espaço. Quando, da "vida vivida", a fortiori, as repostas dadas à pergunta "como quero viver?" do "como viver". Se há indissociabilidade entre identidade e as características tidade é uma construção realizada a partir dos atos concretos da vida, a partir no mundo, tomada de consciência a partir do viver, da praxis. Portanto, a iden seja, a tomada de consciência de si é tomada de consciência das próprias ações social, sua inscrção no seio de um grupo, suas relações com outrem, etc. Ou biológica que ele concebe, mas também, e sobretudo, sua existência como ser capaz, graças à função simbólica (ver Piaget, 1968), de pensar sobre si própria por volta dos dois anos de idade uma criança toma consciência de si, ou seja, é de uma tomada de consciência. Mas tomada de consciência de quê? Ora, da guém concebe a si próprio apenas como ser biológico, como corpo entre corapontado por vários autores, entre eles Taylor (1998) e Perron (1991), ninmas e as razões de viver em nada interfeririam na sua concepção. Porém, como pos. Para compreendê-lo, não esqueçamos que a consciência de si é resultado (um eu sujeito diferencia-se de um me, objeto), não é apenas a sua existência Se pensarmos a questão da identidade apenas no nível biológico, as for-

concepções de "vida boa" e aquelas que incidem sobre o "ser" caminham juncomo reflexo da vida efetivamente vivida, seja como tomada de decisão, as cam-se em pauta as referidas tomadas de decisão. De qualquer maneira, seja constatação sobre que se é, do que tomadas de decisão sobre quem ser e sobre são inseparáveis das respostas dadas à pergunta "quem eu quero ser?". No é definir-se como ser. Paul Ricoeur (1988) emprega a expressão "aderência a si ética. Escolher um sentido para a vida e formas de viver é escolher a si próprio suma, penso que a questão do "ser" está logicamente relacionada à indagação ver a si próprio como "filho do Senhor", como fiel, como pessoa religiosa. Em que o sentido da vida na terra é merecer a vida eterna ao lado de Deus implica se viver implica conceber a si próprio de tal ou tal forma. Por exemplo, pensas Mesmo raciocínio vale para o sentido da vida: reconhecer tal ou tal razão para tas. Por essa razão, verifica-se a presença da questão do "ser" no plano ético idade, quando o mundo dos possíveis é concebido de forma operatória, colocomo levar a vida. Em compensação, a partir de mais ou menos 12 anos de início da gênese da construção da identidade, há, a partir do que se vive, mais próprio" para referir-se ao ponto de união entre os diversos desejos por objetos

reconhecido nessa expressão a inspiração teórica de Alfred Adler. que responde pelo nome de "expansão de si próprio". O leitor certamente terá teria pouco? Vou apresentar, e assumir, a idéia de que tal motivação existe e que ela contemple uma motivação básica, sem o que a vida não teria sentido, ou rualmente aberto a toda e qualquer resposta existencial, ou será que ele exige de outra forma: será que o "ser", à procura de um sentido para viver, está virprópiio, alguma exigência especial para que sua vida faça sentido. Perguntado Aceita essa análise, devemos nos perguntar se esse "ser" possui, para ele

admiradores da psicanálise a romper com seu criador, elegeu como os dois pilares de sua teoria as seguintes teses: Adler, um dos primeiros discípulos de Freud, e também um dos primeiros

- todo homem experimenta inevitavelmente um sentimento de infe-
- a tendência a superá-lo é a motivação básica de suas ações (Adler 1993/1991, 1912/1992).

pressão "expansão de si próprio" não é dele, mas sim de Piaget (1954): ele a mostram que superar os próprios limites é fonte motivacional essencial. A exmas de audição de Beethoven. Tais casos de resiliência, como se diria hoje, inicialmente de limitações graves, como a gagueira de Demóstenes e os probleram extremamente competentes em áreas de atividade para as quais sofriam guisa de exemplos convincentes, Adier lembra casos de pessoas que se tornade manter as aparências de que se superaram obstáculos que não o foram. A infelicidade, são causadas pela incapacidade de tais vitórias, pela vã tentativa A lei da vida é vencer dificuldades, afirma ele, e as neuroses, fonte de

> aqui: "expansão" remete claramente à busca de novos horizontes de ação, à deve dar ao sujeito a possibilidade da expansão de seu eu. ocupar o piano ético, portanto qualquer opção pelo que seja uma vida feliz. de mal-estar subjetivo. Se Adler tiver razão, qualquer conteúdo que venha a inferior em relação a um ideal previamente colocado, é fonte de infelicidade, mente, o fracasso nessa busca, ou seja, a consciência de que se é perenemente próprio é condição necessária à felicidade, ao bem-estar subjetivo. Reciprocacomo uma pessoa de valor. Para Adler, o sucesso nessa busca de expansão de si busca de superação de si, em suma, à necessidade de enxergar a si próprio Como penso que ela rraduz corretamente o pensamento de Adler, a emprego emprega para referir-se à teoria adleriana, com a qual concorda totalmente

harmoniosamente com as demais características que atribuímos ao plano ético. Podemos facilmente verificar que a "expansão de si próprio" artícula-se

sabe até impostos por ela. Mas, impostos ou não, eles são concebidos como bém depende de uma avaliação subjetiva. satisfatório na tendência de elevar-se", para retomar as palavras de Adler, tammuito, de pessoa para pessoa. Além disso, o sentimento de alcançar "um grau metas pessoais e a magnitude das excelências a serem alcançadas variam, e influências sociais, que não sejam, portanto, inspirados pela sociedade, e quem dizer com isso - longe disso, aliás - que os ideais não sejam tributários de obstáculos a serem vencidos dependem de uma eleição pessoal. Não quero duas formas complementares. Os ideais a serem alcançados e, portanto, os Em primeiro lugar, ela depende de uma avaliação subjetiva. E isso de

é perspectiva, acrescenta o filósofo francês. De forma semelhante, Adlor dizia que não é o ser isto ou aquilo que define a alma humana, mas o "devir". ințeira, à direção que lhe é dada, para retomar a expressão de Ricoeur. O "ser" portanto o valor do próprio sujeito, é claro que ela diz respeito a uma vida preservados). Como a "expansão de si próprio" incide sobre o valor do eu, se pensa estar) e no futuro (sejam níveis a serem alcançados, ou níveis a serem os situa no passado (em que nível se pensava estar), no presente (em que nível contentamento (ou de tristeza), mas somente podem ter tal efeito se a pessoa (ou culraqueceia) tal busca de superação, promovem fortes sentimentos de vida. Alguns acontecimentos pontuais, alguns episódios certamente reforçam Em segundo lugar, a "expansão de si próprio" segue o fluxo do tempo da

tamente de uma auto-avaliação da própria inferioridade. Capítulo 3, como sentimento essencial ao desenvolvimento moral, decorre justido para suas vidas. Ora, o sentimento de vergonha, que será retomado no vergonha experimentado por aqueles que se desesperam em sua busca de senpesquisas, revelam haver forre correlação entre o suicidio e o sentimento de ela é, cm si mesma, uma razão de viver. Shreve e Klinkel (1991), com base em centemente com a busca de sentido para a vida, com o "para que viver", pois Em terceiro e último lugar, a "expansão de si próprio" articula-se convin-

três passos anteriores de nossa analise dos invariantes psicológicos do plano Uma vez que a tese da busca de "expansão de si próprio" contempla os

ético, podemos doravante apenas nos referir a ele e dizer que uma condição necessária ao gozo da felicidade, da "vida boa", é ver a si próprio como pessoa de valor, capaz de afirmar-se enquanto tal, e de enxergar perspectivas de alcançar um grau satisfatório da rendência de elevar-se, de se desenvolver.

Para finalizar o presente item dedicado ao plano ético, talvez não seja inútil comentar porque resolvi accitar a perspectiva de Adlor.

Antes de mais nada, devemos convir que a escolha de uma teoria psicológica ou outra – e isso vale para o conjunto das ciências humanas – não decorre apenas das provas empíricas que a sustentam. Sempre haverá dados que lhe escapam, que até a contradizem, sendo considerável o número de variáveis que participam da causalidade das ações humanas. Sem querer entrar em discussões epistemológicas que ultrapassam minha competência na matéria, eu diria que uma boa teoria psicológica deve ser verossímil, nos dois sentidos do termo: por um lado, ser coerente com os dados científicos e as observações de senso comum sobre os seres humanos, e, por outro, ter consistência interna. Certamente tal é o caso da teoria de Adler.

é a maior fonte de inspiração para a arte do que a felicidade. E devemos notar são resolvidas e a tristeza às vezes profunda que os fracassos acarretam (ver La diria até mais evidente – a forte tendência infantil a superar-se, a transpor de si próprio", notadamente os da psicologia do desenvolvimento. Quando, sua função de pai, o frustrado como pai pode encontrá-las no trabalho, e assim vidades humanas. O frustrado no trabalho pode encontrar compensações na dades de "expansão de si próprio" encontram-se em todos os domínio das atinas proezas", e o quanto faz propaganda delas. Em segundo lugar, as possibili as raivas, os conflitos decorrentes de picuinhas. Alíás, devemos notar que a doi que não o são, ou que o são bem pouco, tão cotidianos são os ressentimentos, se, em geral, os seres humanos são felizes, a resposta mais prudente seria dizer cas de todo tipo, e também por anti-depressivos. Em caso de nos perguntarmos que tais adultos sejam felizes, haja vista a forte demanda por ajudas psicológienquanto motivação humana forte e básica. Em primeiro lugar, nada nos prova antes de interpretá-lo como contraprova da força da "expansão de si próprio" cridade. Com efeito, tal parece ser o caso. Porém, é preciso tomar cuidado mais em numerosos adultos que parecem se comprazer na mesmice, na medio nas crianças e nos adolescentes a vontade de superar limites, tal não se verifica regressão. Mas alguém poderá aqui objetar que, se é verdade que se observa ção de expandir o próprio eu: a tendência forte é a do crescimento, não a da 1968), Selman (1980), Turiel (1993), entre outras), atestam a força da motiva-(mas também poderíamos acrescentar as de Vygotsky (1984), Wallon (1941/ Taille, 1998). Teorias de desenvolvimento humano, como as de Piager e Kohlberg limites, os fortes sentimentos de satisfação e de orgulho quando dificuldades como eu o tenho feito, nos deternos na observação da criança, fica claro – e lo de psicologia científica, muitos deles vão ao encontro da tese da "expansão também o quanto o comum dos mortais mostra-se contente com suas "peque-Quanto aos dados de que dispomos depois de aproximadamente um sécu-

por diante. Isso se verifica rambém com crianças: aquela que patina na sua evolução como aluno, às vezes desenvolve-se claramente em outras atividades, que lhe dão satisfação e lhes permitem atribuir-se valor. É portanto bastante difícil avaliar se uma pessoa está, ou não, acomodada na sua mesmice sem conhecer todo o leque de suas atividades e dos juízos que faz de si, como ela "negocia" com o seu "ideal do Ego". <sup>22</sup>

Para finalizar minha defesa da importância da "expansão de si próprio" para o plano ético, quero lembrar que a tese da necessária e possível perfectibilidade do homem encontra-se em variados sistemas éticos. Lembremos de Aristóteles, para quem a felicidade depende da auto-elevação por intermédio do cultivo das virtudes. Lembremos de Spinoza, para quem a maior alegria é passar de uma perfeição mínima para outra maior. Lembremos de Smith, para quem o merecimento é condição necessária à felicidade. Lembremos de Nietzsche, que elege a "vontade de potência" como fonte motivacional por excelência das ações humanas, e para quem o prazer equivale à sensação de acréscimo dessa potência. Pode-se ver nesses autores, e em outros, como diferentes representantes da corrente ética chamada "perfeccionismo", que vê na "expansão de si" fenômeno crucial da natureza humana.

Mas cuidado! As diversas formas de perfeccionismo ético não se limitam a apresentar uma tese psicológica sobre as motivações e poroncialidade humanas: elas visam a também fundar uma moral. São teorias do Bem ou do Bom. Ora, a tarefa que nos espera agora é justamente a de articular os planos moral e ético.

# reasors entre os planos moral e eteo

Lembremos que a questão que nos levou a dar definições diferentes para "moral" e para "ética" era a dos papéis da inteligência e da afetividade na moralidade. Havíamos visto, por intermédio da análise de algumas teorias de psicologia moral, que parecia haver uma relação entre o fato de enfatizar à dimensão racional ou à dimensão energética e a definição assumida do que seja a moral. Por esse motivo, debruçamo-nos também sobre definições para poder apresentar uma tese diferente das estudadas anteriormente a respeito da fonte motivadora da ação moral. É chegado o momento de explicitá-la.

Comecemos por relembrar nossas dehnições de moral e ética e as dimensões psicológicas a elas relacionadas.

Chamamos de moral os sistemas de regras e princípios que respondem à pergunta "como devo agir?". Como todos os sistemas morais pressupõem, por parte do indivíduo que os legitima, a experiência subjetiva de um "sentimento de obrigatoriedade", identificamos esse sentimento como o invariante psicológico do plano moral.

Reservamos o conceito de ética para as repostas à pergunta "que vida eu quero viver?", portanto, à questão da felicidade ou "vida boa". E identificamos na "expansão de si próprio", a motivação psicológica a ser necessariamente

contemplada, para que um indivíduo experimente o sentimento perene de bem-

etica, respectivamente. A articulação entre os planos moral e ético passa, poi eis os dois processos psicológicos apontados como centrais para a moral e a conseguinte, pela articulação desses dois processos psicológicos. Em resumo, "sentimento de obrigatoriedade" e "expansão de si próprio"

Sponville e Ferry, 1998), que a moral está dentro da ética? Seu argumento é que decidir "como viver" consiste também escolher que lugar alocar para os moral, portanto, correspondería a um imperativo cuja fonte seria estranha ao dela dependería, esse respeito pela qualidade da vida dos outros indivíduos, a vê claramente porque a felicidade pessoal implicaria a felicidade alheia ou contemplar, de uma forma ou de outra, a felicidade alheia. Mas, como não se cialmente referência a outrem: felicidade pessoal sim, mas com a condição de leque de opções do que viria a ser uma "vida boa". Tal limitação seria essencimento da felicidade. Nesse sentido, a moral seria exterior à ética e limitaria o chamado de ético se condizente com a moral. E o que Kant chamava de mere Mas alguém poderá retrucar que projeto de felicidade somente merece se moralmente dignas e seria preciso ir além das normas para tomar a decisão). doente e ir à guerra defender seu país – as duas soluções aparecem como sair de impasses morais (por exemplo, como decidir entre ficar ao lado da mãe sobre a moral, e refere-se ao fato de ser a reflexão ética aquela que nos permite deveres. Paul Ricoeur (1990) vai no mesmo sentido: fala em primazia da ética infelicidade, está em jogo. Pode-se então dizer, com Comte-Sponville (Comteque para alguns deveres, a felicidade alheia, ou pelo menos a ausência de a regras instituídas por certas instituições religiosas. Mas não há dúvidas de xual: não se vê, de fato, em que "casar virgem" ou "fazer amor apenas para ção com a felicidade. Bons exemplos disso são aqueles da chamada moral sefelicidade. È verdade que nem todos os deveres apresentam essa possível relarespeitar a outrem parece ser inspirado pelo valor atribuído a um item da pessoa desrespeitada, traz-lhe, portanto, mal-estar, e que o dever moral de gue, mas de ourrem: não há dúvidas, por exemplo, de que o desrespeito fere a morais apresentam conteúdos relacionados à felicidade, não de quem os setambém pensar que moral e ética têm elementos comuns, pois alguns deveres seus conteúdos, nem quanto a seu caráter de obrigatoriedade. Mas pode-se subjetivas, e que destas nunca seria possível deduzir deveres, nem quanto a para quem a felicidade era apenas um "útulo geral" para as determinações opções que podem ser associadas ao plano ético. Era essa a posição de Kant, procriar" equivaleriam a um ganho de felicidade – trata-se de pura obediência plo, que não há, de maneira alguma, como derivar uma moral das variadas questão das possíveis relações entre "deveres" e "felicidade" geraram e geram polêmicas filosoficamente não-superadas até hoje. Pode-se pensar, por exem-Vamos então à busca dessa articulação, começando por lembrar que a

> ético) quanto no campo da psicologia. o "dever ser", conforme o que bem havia notado Hume (1757/1990, 1740/ frequentemente forma e conteúdo misturam-se, como confundem-se o "ser" e 1993). Pretendo permanecer tanto no campo da forma (os planos moral e Eu poderia alongar essa discussão filosófica, mas decido não fazê-lo. Nela,

mente psicológica. Vamos a ela. plano ético engloba o plano moral. Porém, minha argumentação é exclusivaque adotam. Nesse sentido, assumo, com Comte-Sponville e Ricoeur, que o comportamentos morais dos indivíduos, precisamos conhecer a perspectiva ética Do ponto de vista psicológico, defendo a tese de que para compreender os

a tarefa de dar definições diferenciadas para a ética e para a moral. cular. Em poucas palavras, identificamos no plano ético as motivações que fonte energética das ações significativas em geral, e das ações morais em partimos que toma a expansão de si próprio. Dito de outra maneira, somente senteobrigatoriedade moral está, de uma forma ou de outra, na dependência dos ruque estes adotam, implica afirmar que a existência e a força do sentimento de mentos morais dos indivíduos passa pelo conhecimento da perspectiva ética prio". A tese acima apresentada, segundo a qual a compreensão dos comportamento moral de obrigatoriedade e a motivação ética de "expansão de si próexplicam as ações no plano moral. Se tal hipótese for correta, não terá sido vã tificamos na "expansão de si próprio" e no valor decorrente atribuído ao eu a de valor do próprio eu, como tradução de sua auto-afirmação. Em suma, idense obrigado a seguir determinados deveres quem os concebe como expressão Nossa tarefa é, como dito anteriormente, pensar a relação entre o senti-

estaremos assim aceitando o fato de as ações morais serem "interessadas"? efeito, se assumirmos que quem age moralmente o faz porque interpreta tal da moral: a referência ao eu para explicar ações dedicadas a outrem. Com a moral frequentemente implica abandonar o proprios interesses, mas nem por ação como coerente com uma busca de atribuição de valor a si próprio, não mais sobre essa noção de "interesse". isso ela é "desinteressada". Devemos, portanto, começar pensando um pouco cio de si? da abnegação de si, até mesmo da própria vida? Não há dúvidas que Ora, a moral não é justamente o campo das ações desinteressadas? do sacrifí Vamos agora aprofundar a questão, lembrando já um problema clássico

ciado a palavra "interesseiro", o que denota uma posição egoista. Assim, o alheio, por exemplo. O segundo sentido de "interesse" tem como adjetivo asso re há ação se uma força energética a desencadeia. Esse sentido da palavra mar que somente há ação se houver algum interesse significa dizer que somen conceito de "interessante" e diz respeito a todas as motivações humanas. Afirusuais para a palavra "interesse". Um primeiro tem como adjetivo associado o "interessado", nesse segundo sentido, pode ajudar pessoas em vista de recom "interesse" não é em nada estranho à moral: o interesse pode ser o bem-estai Como o disse Piaget, em seu curso da Sorbonne (1954), há dois sentidos

8/13 C/13

pensas variadas (dinheiro, boa reputação, etc.), e, é claro, na ausência de tal perspectiva não ajudaria ninguém. Do ponto de vista da moral, esse sentido egoísta de interesse costuma ser descartado, pois significa a negação radical do altruísmo.<sup>24</sup>

Isto posto, devemos perguntar-nos a que sentido de "interesse" pode corresponder a busca da expansão de si próprio. Certamente ao primeiro, pois ele é sinônimo de motivação. Todo o problema reside em situá-lo perante o segundo sentido, o de egoísmo. Ora, a expansão de si próprio não implica postura egoísta. E nem, aliás, implica postura altruísta. Tudo dependerá dos valores associados à referida expansão. Porém, para melhor explicitar a tese de que a expansão de si próprio não equivale a assumir uma postura egoísta, talvez seja revelador lembrar rapidamente o debate em torno do chamado "amor próprio", execrado por uns, considerado incontornável por outros, e valorizado por alguns.

ções têm, sem dúvida, o mérito de apontar os perigos éticos e morais do amorantes objeto da fúria do Senhor do que merecedor de sua clemência. Tais avaliariscos de desvario narcísico, pode-se contestar a tese pascaliana. contrário, um eu desprovido de qualidades amáveis. Porém, para além desses próprio: a hipertrofía do eu pode levar à vaidade, à superficialidade, à fatuidade, ao egoísmo e demais vícios que traduzem não um eu digno de amor, mas, pelo digno, marcado pelo pecado original, quer dizer, antes pecador do que santo, virtude da humildade: considerar a si próprio como ser fundamentalmente ince-se na avaliação do filósofo francês uma certa interpretação do que seja a pera a busca da glória, que interpreta como irremediável heteronomia. Reconhetambém causa de grandes tristezas. Em outros trechos de suas Pensées, ele vitudentro de si, como expressava-se Santo Agostinho, é moralmente condenável e sive de si mesmo, e que, portanto, o amor próprio que não for o amar a Deus eco à idéia de que o homem deve adorar a Deus acima de todas as coisas, inclucer-se miserável. Adepto da rigorosa corrente cristã, o Jansenismo, Pascal faz so". È também dele o juízo de que a grandeza do homem residiria em reconhe-É de Pascal (1670/1972) a famosa expressão segundo a quai "o eu é odio

Uma forma de fazê-lo é reconhecer a presença inevitável do amor próprio nas ações humanas. Trata-se de uma tese psicológica que os estóicos já tinham concebido ao perceber que, em todo desejo de algo, há sempre a "deleição de si mesmo", para empregar uma expressão trazida por Ricoeur (1988). Se isso for verdade, não há como eliminar o amor próprio: deve-se, portanto, trabalhálo para que não leve à imoralidade. No campo da psicologia, a aceitação de inevitáveis investimentos narcísicos costuma ser aceita e a maioria dos psicólogos certamente concorda com o poeta Paul Valéry (1941), quando este diz que a vaidade é a mãe mesquinha de grandes obras.

Mas pode-se ir além do reconhecimento da presença incontornável do amor-próprio, e dar-lhe um valor moral e ético. Tal é evidentemente a posição de Nietzsche (1995), para quem o homem é movido pela vontade de potência c que essa, longe de ser um mal, é o princípio criador da vida. Rousseau (1762/

1996) condena o amor-próprio por razões parecidas com as de Pascal, mas valoriza o "amor de si", pois, por intermédio dele, amamos a humanidade que está em nós, amor esse sem o qual não haveria moral possível. Kant aproximase de Rousseau ao eleger o "aperfeiçoar a si próprio" como um dos dois deveres maiores do homem (ou outro é cuidar da felicidade de outrem). Por que essa busca de perfeição? Para que o homem se torne digno da humanidade que o habita. Portanto, um trabalho sobre o próprio ser é visto como condição necessária ao agir moral. Mais perto de nós, Schlich (2000) vê no cumprimento dos deveres morais um "desabrochar de si mesmo", tese à qual adere Savater (2000) que chega a intitular um livro seu de "Ética como amor próprio". Em resumo, esses autores, e outros, não pensam o "amor de si", ou a referência às qualidades do eu, como pedra inevitável no caminho da moralidade, mas sim como condição necessária ao advento dessa última. Coloco-me entre eles.

Porém, cuidado! Nem eles nem eu consideramos o amor-próprio suficiente, por si só, para garantir a moral. Rousseau o deixa claro ao diferenciar amor-próprio de amor de si. O eu pode ser, de fato, odioso, moralmente falando, e a expansão de si, para retomarmos o conceito aqui empregado, pode levar tanto à moral quanto ao seu contrário.

Para compreendê-lo, devemos avançar na análise psicológica do que seja esse eu e sua relação com o *quere*r.

Comecemos por sublinhar que o sentimento de obrigatoriedade corresponde a um "querer". Portanto, age moralmente quem assim o quer. Vale a pena nos demorarmos um pouco sobre essa afirmação, pois não raro "dever" e "querer" são erroneamente pensados como opostos.

o sujeito da oração poderia muito bem trair sua promessa, não querer cumpriseu programa desejável porque ele mesmo se coage a cumprir o seu dever, não em um congestionamento: nesses casos, o não poder ir ao cinema explica-se seja por estar sem dinheiro para a pagar a entrada, seja por ter ficado parado diferente. Imaginemos que ele tenha sido impedido de ir assistir a um filme contrariado por alguma força externa à vontade do sujeito, o quadro seria de lavar o carro de meu pai"? Tal frase expressa a vontade frustrada de ir ao razão que Tugendhat (1998) e Spacmann (1999) insistem no fato de <u>o deve</u>r messa, é porque esse querer foi mais forte que o querer ir ao cinema. E por essa caso, trata-se de "quereres" conflitantes, mas se ele optou por cumprir a propodemos atribuir a razão de sua ação a outra coisa senão ao seu querer. Nesse por alguma coação que independe da vontade. Porém, se ele deixa de realizar la. Ora, ele quis honrar sua palavra. Se o querer ir ao cinema tívesse sido Aparentemente, o dever contraria o queres, mas aparentemente apenas porque cinema, frustração essa decorrente de um dever de cumprir uma promessa. queria ir ao cinema, mas não pude, porque eu devia cumprir minha promessa Como, por exemplo, interpretar uma sentença como a que segue: "eu

Se insistem sobre esse ponto, é porque o dever coloca a questão da restrição da liberdade, enquanto o querer costuma ser a associado à não-restrição

reto afirmar que a moral restringe a liberdade de ação. Com efeito, se aceito o da liberdade: ser livre é fazer o que se quer. Daí a tentação de se opor dever a universo moral, ético e político, podemos deixá-la de lado e afirmar que o não é convincente e como, sobretudo, implica redesenhar totalmente nosse mais assim se equivaleriam. Todavia, como essa hipótese radical não somente alías, nenhuma outra forma de responsabilidade. Os seres humanos e os anivemos ter a coragem de dizer que a responsabilidade moral não existe, como neuronais, cujos mecanismos físico-químicos nos determinam por inteiro), deaquela, na prática semelhante, que consiste em nos conceber como máquinas jos que nos guiam à revelia nossa. Talvez, mas se aceitamos essa hipótese (ou que, portanto, nossos supostos "quereres" não passam de expressões de deseassim não o fosse, a noção de responsabilidade não teria sentido. Alguém popor dever. Dito de outra forma, somente é moral quem assim o quer. Aliás, se o sujeito moral é, por definição, livre, porque é ele mesmo quem decide agir mamente obrigado a tal, e não quem é coagido por algum poder exterior. Logo, se deve fazer, elas limitam o campo das ações possiveis, portanto, limitam a sar de minha ajuda. E isso vale para todas as regras morais: ao dizerem o que abdico da liberdade de ir passear tranquilamente no bosque, se alguém preci lo. Se legitimo a regra que diz ser um dever ajudar as pessoas necessitadas pessoa, mesmo que eu seja momentaneamente acometido do desejo de fazêmandamento "não matar", deixo de ter a liberdade de tirar a vida de uma identificação do lugar da liberdade, na moral. E, por um lado, rotalmente corquerer. Porém, é novamente preciso atentar para uma possível confusão na derá dizer aqui que somos totalmente determinados por forças inconscientes e liberdade. Porém, como já vimos, somente age moralmente quem se sente intialguém que diga que "sempre gosta de fazer o que lhe apraz", para retomar um cebido e livre. A oposição entre querer e dever não se sustenta, portanto. E sentimento de obrigatoriedade corresponde a um querer conscientemente conum pobre apelo estereotipado de liberdade. Salvo em caso de coação externa exemplo dado por Spaemann, está, na verdade, disfarçando um truísmo con rência ao eu é indispensável. te para procurar compreendermos porque alguns "querem o dever" que a refedever, mas sim de "quereres" diferentes, uns morais, outros não. E é justamenpessoas querem agir moralmente, e outras não. Não se trata de querer *versus* tudo mundo faz o que lhe apraz. O mistério está em se saber porque algumas

so, portanto, deixar claro como o eu será aqui concebido: concebê-lo-emos por intermédio dos conceitos de "representações de si" e de "valor". O eu: eis outra noção objeto de definições e abordagens diversas. É preci

to e objeto: eu me vejo, eu penso em mim, eu me julgo, etc. Mas o que é esse "me" mos de representações de sí. Três são suas características fundamentais. por intermédio do qual o "eu" se concebe? E o que, com Perron (1991), chama capaz de cindir-se em um "eu" e um "me", portanto, é, ao mesmo tempo, sujeihumano, graças à sua capacidade de tomada de consciência de si mesmo, é Já é clássica, em psicología, a afirmação de James segundo a qual o sei

> plica apreender a si próprio por meio de substitutos do objeto apreendido. É ordem simbólica. Não poderia ser diferente, uma vez que a cisão "eu/me" imimagens, noções, conceitos. por volta dos 2 anos, é capaz de pensar o mundo, e a si mesma, por meio de por essa razão que as representações de si existem somente quando a criança, A primeira: as representações de si, como seu nome indica, pertencem à

assim como os modos de interpretação, são influenciadas pela dimensão ma: relacionam-se entre si, notadamente de forma hierárquica. A hierarquia que, sendo múltiplas, as representações de si formam uma espécie de sisteque sugere uma unicidade que, na verdade, não existe. Note-se finalmente contraditorias entre si. Por essa razão, não emprego a expressão "autoconceito fazemos apenas uma representação de nós, mas várias, que podem até ser pretações essas decorrentes tanto das características das estruturas de assimicognitivas, as representações de si equivalem a interpretações sobre si, interdas estruturas cognitivas do sujeito. Note-se que, sendo fruto de assimilações O eu é objeto de conhecimento e, enquanto tal, é concebido por intermédio lação quanto de aspectos afetivos. Note-se também que elas são plurais: não A segunda: as representações de si pressupõem uma assimilação cognitiva

sentação de si são, sempre, valor. diferente com esse objeto singular que é o próprio eu. Nesse sentido, as repreafetos, que lhe conferem valor, positivo ou negativo. Ora, tal não poderia ser assimilação que conferem sentido ao objeto, tal relação também é mediada por como a relação de um sujeito com um objeto é mediada por estruturas de Com Piaget (1954), defino valor como investimento afetivo. Portanto, assim resulta em uma polissemia. A definição que proponho é de cunho psicológico referido conceito é empregado em várias áreas, científicas e filosóficas, o que valor, mas sem explicitar sua definição. É hora de fazê-lo. Como se sabe, o ponto a dimensão afetiva. Já empreguei algumas vezes aqui o conceito de que nos interessa diretamente – é a de que elas são valor. Reencontramos neste A terceira e última característica fundamental das representações de si – e

nem todas as ações morais implicam amor ou compaixão, e se formos procura: outros sentimentos podem compor com ela, não substituí-la. Além do mais tese da expansão de si mesmo como motivação central do ser humano, esses compaixão, podem comparecer para motivar a ação moral; porem, se correta a um "desabrochar de si mesmo". E certo que outros sentimentos, como amor e agora porque Schlich, citado acima, vê no cumprimento dos deveres morais valerá para esse queror particular que é o "dever". Talvez entenda-se melhor ções de si de valor positivo. Se isso vale para o "querer" em geral, a fortiori maior ou menor, essa busca de auto-afirmação, busca, portanto, de representatais desse eu a "expansão de si próprio", em cada querer se encontra, em grau ele seja. Com efeiro, é um eu que quer. E sendo uma das motivações fundamen-(2000), o homem somente poderá querer alguma coisa de acordo com o que Podemos, agora, relacionar "querer" e "ser". Como bem o destaca Savater

um sentimento específico para cada uma delas, criamos um quadro compósito da moralidade humana, o que nos priva da possibilidade da inteligibilidade. Em suma, a energética do sentimento de obrigatoriedade, essencial ao plano moral, deve ser procurada no plano ético, na busca de representações de si com valor positivo.

agressões sejam realizadas em nome de alguma moral, todavia certamente aurores de diversos atos de vandalismo; provavelmente não pensam que suas caso, por exemplo, dos hooligems, que agridem torcedores de futebol e são valor moral, mas que sejam a expressão de sua "expansão de si" (parece ser o mas também pode acontecer que, para ela, atos violentos nada tenham de que ela o seja por motivos, para ela, morais (matar os ímpios, por exemplo). auto-estima. Pensemos, por exemplo, em uma pessoa violenta. Pode aconteces pode ser aquilo que costuma ser julgado, por outrem, imoral, que lhes confere auto-estima corresponde ao auto-respeito. Mais ainda: para certos indivíduos, variar consideravelmente o lugar por onde passa a fronteira a partir da qual a na moral, segundo Kant. Mas, como há diversidade de sistemas morais, pode pessoa bela fisicamente, dir-se-á que tem auto-estima, e não auto-respeito -por conceber-se como profissional competente, como atleta de alto nível, como como fins, e não como meios, de alguém que realize a expansão de si próprio por exemplo, a qual reza que sempre devemos tratar a outrem e a nós mesmos respeito depende dos conteúdos associados ao plano moral. Na moral kantiana moral. E claro que a fronteira a partir da qual a auto-estima vai tornar-se autocomo o diz Ricoeur (1990), o auto-respeito é a auto-estima quando regida pela valores morais. Logo, o auto-respeito é um caso particular de auto-estima, pois, auto-estima experimentada quando a valorização de si próprio incide sobre subjetivo de valorização de si próprio. O auto-respeito corresponde apenas è estima e auto-respeito. A auto-estima corresponde a todo e qualquer estado lhes conferem auto-estima) pensação, se o indivíduo associa às representações de si com valor positivo o pelo fato de os conteúdos arrolados não terem relação com a moral. Em com 'ser justo", deve-se falar em auto-respeito, pois a justiça é uma virtude central Para sintetizar essa idéia, dois outros conceitos são claros e úteis: auto

Como fórmula que resume o essencial do que analisamos até agora, podemos dizer que o auto-respeito é o sentimento que une os planos moral e ético, pois ele é, por um lado, expressão da expansão de si próprio – portanto, elemento da "vida boa" –, e, por outro, causa essencial do sentimento de obrigatoriedade – portanto, motivação para a ação moral. Em poucas palavras: respeita a moral quem, ao fazê-lo, respeita a si próprio. Em termos puramente morais, não há possibilidade de respeitar a outrem na sua dignidade sem, ao fazê-lo, experimentar o sentimento da própria dignidade. Porém, ao falar de dignidade, já estou comprometendo-me com um determinado conteúdo para a moral. Logo veremos que, com efeito, a perspectiva teórica aqui adotada, pelo fato de ela não implicar o relativismo moral antropológico, nos permite eleger uma moral e uma ética com ela condizente. Portanto, vou definir uma moral para, nos

próximos capítulos, debruçar-me sobre as dimensões intelectuais e afetivas desta. Mas antes devo retomar um tema anteriormente anunciado como chave para compreender-se os freqüentes "eclipses" que o sentimento de obrigatoriedade parece sofrer: o conflito.

Quando analisamos o plano moral e o sentimento de obrigatoriedade, perguntamo-nos sobre a freqüência, cm cada indivíduo, desse sentimento. Chegamos à conclusão de que a maioria das pessoas experimenta o sentimento de obrigatoriedade, mas que esse às vezes não é forte o bastante para dirigir as ações e fazer com que os deveres morais sejam cumpridos. Ora, quem fala em força, fala em energética. Como a abordagem teórica aqui apresentada sítua no plano ético a energética atuante no plano moral, é no plano ético que devernos buscar as causas do conflito e de sua resolução. Decorre de tudo que escrevi até agora que, se uma pessoa age contra uma moral que ela mesma racionalmente legitima é que o auto-respeito não foi forte o bastante para impor-se sobre outros valores da auto-escima.

escolhas feitas para o plano ético são essenciais, e se o "ser" moral não foi como, talvez, o de afirmar-se como "Dom Juan", periféricos. Como se vê, as de si próprio colocava a moral da fidelidade e do respeito por outrem em lugar diferente). Trata-se de encarar a si próprio, sentindo-se inferior por ter agido contra uma regra moral por ele legitimada. É como se ele dissesse: se minha mente nada saberiam por encontrarem-se tão longe e em contexto totalmente se que não se trata de encarar mulher e filhas sabedoras da infidelidade (certa sista, como poderia voltar para casa e olhar para sua mulher e suas filhas? Vê as razões de sua fidelidade dizendo que se aceitasse as proposições da congres bém lisonjeado por ver-se publicamente cortejado, poderia, sem medo de ser mora na Europa), meu colega, não indiferente aos charmes da moça, e tammente conhecidas. Hospedado a mais de 10 mil quilômetros de sua casa (ele ta bonita e atraente, cujas intenções amorosas eram bastante claras e publicajustiça) ou condizente com a moral (nada vale se não for dentro dos limites da plar, ser uma pessoa moral e ser elas mesmas é a mesma coisa. Para elas, e para consistência empírica a essa tese, vale lembrar uma pesquisa realizada por to, é fraco e, em caso de conflito, pode perder para outros "quereres". Para da: são de si, o "querer" agir de forma condizente com a moral, o "dever", portanexperimentado como elemento importante da "vida boa", portanto da expangundo a expressão de Blasi (1989, 1995), tais valores eram centrais, e outros privilegiado dentre os valores positivos associados às representações de si. Se me respeitaria. Era o auto-respeito que estava em jogo. Os rumos da expansão família soubesse o que eu fiz, não me respeiraria mais, como eu mesmo, não flagrado pela esposa, "sucumbir". Mas não aconteceu. Ele mesmo verbalizon Quando de um congresso, um colega meu foi "assediado" por uma congressis seja ele mesmo moral (caso das pessoas que dedicam a vida à caridade ou à as pessoas morais em geral, não há projeto de expansão de si próprio que não Colby e Damon (1993) que mostrou que, para as pessoas de vida moral exem llustremos essa idéia com um exemplo simples de que fui testemunha

moral). Veremos no Capítulo 3 a importância, para elas, do sentimento de vergonha moral. Por enquanto, figuemos com a idéia de que seus projetos éticos incluem outrem como fim em si mesmo, e não como meio. Ora, para que uma perspectiva de vida boa, para que conteúdos que ocupam o plano ético mereçam ser chamados de "éticos", no sentido valorativo do termo, tal referência a outrem é incontornável, e o auto-respeito, conseqüentemente, é condição necessária. É o que devemos analisar agora para concluir nosso capítulo dedicado as relações entre moral e ética.

# 

É, com efeito, chegado o momento de sairmos do plano formal e assumirmos conteúdos para definir uma moral e uma ética. Todavia, imediatamente impõe-se uma pergunta: a abordagem psicológica aqui exposta associa-se ao relativismo moral antropológico e à heteronomía, ou pode ser coerente com o universalismo e a autonomía?

Vimos que teorias que davam ênfase à dimensão afetiva, como as de Durkheim e Freud, assumiam uma perspectiva relativista. Ora, a teoria aqui apresentada também dá ênfase à dimensão afetiva, pois os invariantes psicológicos identificados para os planos moral e ético são, respectivamente, o sentimento de obrigatoriedade e expansão de si próprio. Levará então essa teoria ao relativismo antropológico e à implacável afirmação de que os homens são, de maneira irremediável, moralmente heterônomos? A reposta é claramente negativa, e isso por uma razão bastante simples: não há nada nela que negue o poder construtivo da razão, nada que contradiga, portanto, a tese de que o desenvolvimento vai em direção a uma moral universal, autônoma, baseada na equidade e na reciprocidade. Dito de outra forma, nossa abordagem afetiva não implica limitar os poderes da razão.

Lembremos que teorias como as de Piaget e as de Kohlberg são universalistas e pressupõem a autonomia possível porque dão ênfase à razão, e concebem esta como construtora de sistemas morais, e que outras teorias, como as de Durkheim e as de Freud, negam esse poder à razão por eleger fontes afetivas incompatíveis com ele. Isso fica claro em Durkheim: se a base afetiva da moral é o sentimento do sagrado dirigido ao "ser social", que papel pode ter a razão senão limitar-se a "tomar ciência" das regras morais ditadas? Nenhum. Isso fica claro também em Freud: se a base afetiva da moral situa-se no inconsciente, que papel pode ter a razão além da tomada de consciência de que, como dizia Pascal, "o coração tem razões que a própria razão desconhece"? Nenhum. Vemos que nos dois casos, a cscolha por uma teoria da energética presente na moral nega real poder à razão e, por conseguinte, anula a tese segundo a qual o desenvolvimento possui uma virtualidade universal, uma vez que tal virtualidade estaria inscrita, segundo Piaget e Kohlberg, na própria

Ora, a teoria afetiva que assumimos aqui em nada contraria as teses desses dois últimos autores sobre o universalismo moral, pois não há nada nela que implique limitar os poderes da razão. Ela é tão coerente com a observação de que existem, de fato, um pluralidade de morais quanto com a afirmação de que essa pluralidade traduz, não a moral por si só, mas um estágio heterônomo da evolução. Dito de maneira bem clara: a teoria aqui desenvolvida traduz um modo de pensar a motivação moral que pode complementar as abordagens de Piaget e de Kohlberg. E esse é, de fato, o meu intuito. Concordo plenamente com as teses básicas desses dois autores: eles me convencem tanto por seus argumentos quanto pelos dados que coletaram, e que eu também tive a oportunidade de coletar. Vejamos agora se as relações estabelecidas entre os planos moral e ético harmonizam-se com os conceitos de heteronomia e autonomia.

O sujeito moralmente heterônomo é um sujeito moral, experimenta, portanto, o sentimento de obrigatoriedade. Os conteúdos que elege para a sua moral são aqueles dominantes na sua comunidade. Ora, é bem provável que as representações de si, por intermédio das quais ele concebe a si próprio e procura a expansão de si, sejam, elas mesmas, escolhidas entre os valores dominantes na referida comunidade. A heteronomia no plano moral equivale a aceitar a imposição de regras e princípios morais. Podemos falar em heteronomia no plano ético: ela equivaleria a conformar-se em expandir a si próprio por intermédio de pautas culturais dadas de antemão e a assumir como representações de si com valor positivo aquelas valorizadas pelo olhar alheio, pela cultura na qual vive. Dito de outra forma, as repostas para as perguntas "como devo agir?" e "que vida viver?" seriam aquelas dominantes na sociedade em que vive. O heterônomo quer ser o que seu entorno social quer que ele seja.

relações entre todos os seres humanos, sejam ele pertencentes ou não à sua inspirado pelo sentimento de obrigatoriedade, mas elege a equidade e a reciseu valor -, ela certamente também implica uma descentração afetiva: procudescentração cognitiva – tomar recuo em relação às regras impostas e avaliar sua comunidade. No caso do sujeito moralmente autônomo, a expansão de si é um representante da humanidade (e não de determinado grupo social), cujas comunidade. Ademais, podemos dizer que provavelmente vê a si próprio como mente as relações entre membros de uma determinada sociedade, mas sim as concebe a moral não como regras e princípios que regem apenas e essencialprocidade como princípios de seus juízos e ações morais. Nesse sentido, ele "humano" do que representante de uma cultura dada rais dadas de antemão. Assim como a autonomia moral pressupõe uma procurada para além das fronteiras comunitárias, para além das pautas culturepresentações de si estão associadas a valores que transcendem aqueles de lugar e época, procurar o que há de universal a diversas culturas, ver-se antes rar expandir a si próprio para além dos valores dominantes em determinado Diferente é o quadro do sujeito moralmente autônomo. Ele também é

É claro que o que acabo de escrever são meras hipóteses, mas elas fazem, penso, todo sentido e, sobretudo, mostram que a diferenciação entre os planos

arungiji arungiji

moral e ético e sua articulação por intermédio do conceito de auto-respeito é totalmente coerente com o universalismo moral pensado como porvir necessário do desenvolvimento do juízo moral. Em poucas palavras, pode se dízer que, contrariamente às abordagens de Durkheim e de Freud, a nossa permite escolher conteúdos para o estudo do desenvolvimento moral, pois é coerente com a hipótese de que a justiça paulatinamente impõe-se como um valor moral superior.

Vamos então definir o que chamaremos doravante de ética e moral, ou seja, vamos definir os conteúdos a elas associados.

pal (não matar, não mentir, respeitar, ser solidário, etc.). o suicídio, não com referência a Deus, mas porque matar-se implica tratar a si moral contém deveres para com outrem, e que esse costuma ser o foco princideveres para consigo próprio, não deve nos fazer esquecer que todo sistema agente moral. Todavia, o fato de haver, em certos sistemas morais, referência a prio, como um fim e nunca como meio (Kant, 1785/1994). A condenação moral cada ser humano deve sempre tratar a humanidade, em outrem e em si prócategórico (o único de Kant comprometido com um conteúdo) segundo o qual próprio como meio, e não como fim em si, o que contradiz o belo imperativo cujas influências sobre os Direitos Humanos é incontestável, também condena de sua própria vida, pois ela pertence a Deus. Kant, autor de uma moral laica totalmente isolada no mundo), mas porque ao homem é proibido dispor assim seus dependentes desamparados material e psicologicamente (ela pode estat cabe justamente à morai regrar a vida em sociedade. Pode haver deveres morais do suicídio é um bom exemplo de dever moral que tem como objeto o próprio condena o suicídio, não porque a pessoa que põe fim à sua vida talvez deixe que tem o próprio agente moral como objeto. A moral cristã, por exemplo, lugar. O que acabo de enfatizar implica que toda ética contém uma moral, pois merecer esse nome, deve traduzir um projeto de felicidade no qual *outrem tem* Amtes de mais nada, devemos insistir sobre o fato de que uma ética, para

Assim sendo, podemos assumir que toda perspectiva ética deve ser coerente com certos deveres morais. Dito de outra forma, a moral não diz o que é ser feliz nem como sê-lo, mas sim quais são os deveres a serem necessariamente obedecidos para que a felicidade individual tenha legitimidade social. A perspectiva por mim adotada encontra expressão na afirmação de Kant segundo a qual a moral não nos diz como sermos felizes, mas sim como merecermos a felicidade. Nos termos psicológicos assumidos aqui, podemos traduzir a concepção kantiana da seguinte forma: não há auto-estima legítima se for contraditoria com o auto-respeito.

Por conseguinte, não devemos escolher conteúdos para a ética, pois o leque de opções para a expansão de si é amplo e cada um de nós tem legitimamente liberdade de escolher scu rumo. Porém, devemos definir conteúdos para a moral, pois é ela que confere às opções de "vida boa" sua legitimidade, isto é, confere-lhes as condições necessárias para que mereçam o nome de ética.

Devemos, portanto, escolher que deveres são esses, definir que moral condiciona a busca da felicidade. Três são as virtudes morais que escolho: a justiça, a generosidade e a homa, todas elas condicionadas pelo imperativo categórico kantiano já citado: cada ser humano deve sempre tratar a humanidade, em outrem e em si próptio, como um fim e nunca como meio. A premissa desse imperativo é que existe uma dignidade inerente a cada ser humano e que ela deve ser estritamente respeitada.

Sei que cada uma dessas três virtudes mereceria um livro à parte, pois são complexos os variados temas que inspiram, mas limitar-me-ei a defini-las e a explicar porque as escolho.

Comecemos por essa virtude cardeal que é a *justiça*, a mais racional de todas as virtudes, como o afirmava Piaget (1932).

Um primeiro princípio que a inspira é o de igualdade. Todos os seres humanos, sejam quais forem suas origens sociais, seu sexo, suas competências cognitivas, sua nacionalidade, sua etnia, etc., têm o mesmo valor intrínseco, e, logo, não devem usufruir de privilégios. Por exemplo, é injusto negar o direito de votar a analfabetos pois tal negação implica colocá-los como cidadãos de segunda ordem. Outro exemplo: é injusto privilegiar um aluno porque é filho de uma pessoa socialmente prestigiada. Um último exemplo: é justo fazer com que todas as pessoas tenham condições dignas de vida, e é injusto deixar, portanto, algumas na miséria.

Um segundo princípio é o de eqüidade, que implica tornar iguais os diferentes. Os seres humanos apresentam diferenças entre si, e elas devem ser levadas em conta para que, no final, a igualdade entre todos os seres humanos seja realizada. Por exemplo, é injusto cobrar impostos do mesmo montante a ricos e pobres e, logo, optar por uma forma de proporcionalidade nas contribuições é uma forma de buscar reequilibrar as diferentes posições perante a distribuição da riqueza. Outro exemplo: é injusto exigir de pessoas com algum grau de deficiência física que compitam em atividades esportivas com pessoas sem deficiências, e é justo reservar competições especialmente concebidas para que elas possam usufruir do prazer de ser atletas e de medir suas forças com outrem (caso das maravilhosas para-olimpíadas). Um último exemplo, ainda na área da deficiência lísica: é justo colocar nas calçadas rampas, para que as pessoas em cadeiras de rodas possam transitar tranquillamente pelas ruas.

Penso que esses dois princípios são suficientes para definir a justiça. A escolha aqui feita pela justiça como virtude moral necessária para toda ética não deve apresentar maiores problemas. Praticamente todos os autores concordam em elegê-la como a virtude maior, sem a qual a vida em sociedade é impossível. Tal era o pensamento de Adam Smith segundo o qual uma sociedade sem justiça acaba por desmoronar, enquanto uma sociedade sem benevolência, embora promotora de condições de vida infelizes, ainda pode sustentar-se. Os dados da psicologia moral de Piaget e de Kohlberg também atestam o lugar central dessa virtude nos juízos humanos e isso desde a mais tenra

aj n

infância. Finalmente, notemos que a justiça é tema tanto moral quanto político: fala-se em pessoas justas, mas também em instituições justas e em leis
jurídicas justas. Vale dizer que a justiça diz respeito tanto à esfera privada
quanto à esfera pública, traduzindo, para ambas, a busca do equilíbrio nas
relações interpessoais. Em uma palavra, sem justiça não há sociedade possível,
não há ética legítima.

o que lhe falta, sendo que essa falta não corresponde a um direito. Nesse pondireiro de ser tratados de forma igual, porque nenhum tem o direito de usué dar a outrem o que é seu por direito (decorrente dos princípios de igualdade to, ela se diferencia da justiça, e, penso, a complementa. Com efeito, ser justo corresponde a um direiro do aluno; ministrá-las, portanto, é fazer prova de que por ventura lhe solicitam. Ter aulas depois do horário formal de aulas não privilegia ninguém, mas é generoso se, depois da aula, dispõe-se a ajudar aqueles um expressão crítica consagrada. <sup>25</sup> Ora, ral não é o caso da generosidade. Perciados, não confere privilégios, pois a reparação de designaldades não se confruir de privilégios. Note-se que a equidade, que implica tratamentos diferene equidade). Por exemplo, não devo privilegiar aluno algum pois todos têm c ela tem toda a razão em sublinhar tanto sua importância moral quanto sua a primeira é, como vimos, mais importante socialmente que a segunda. Mas justiça". Penso que ela não tem razão ao equiparar justiça e generosidade, pois que chama "ética do cuidado", que, segundo ela, complementa a "ética da Taille, 2002b), Sabe-se também a importância que Carol Gilligan atribui ao universo moral das crianças (ver Eisenberg e Miller, 1987; Hoffman, 1978; La dos dedicados a ela também mostraram traços precoces de sua importância no Na psicologia moral, ela é menos estudada que a justiça, mas os poucos estuinteira dedicação a outrem que digo que ela traduz plenamente o altruismo ele contemplado, não quem age de forma generosa. É por ser a generosidade a para a pessoa que exerce a justiça. O ato de generosidade favorece quem é por to, ela novamente se distingue da justiça. A lei justa é boa para todos, inclusive generosidade. A generosidade é a virtude altruista por excelência. Neste ponmanecendo no exemplo da relação professor/aluno, é justo o professor se não funde com criar "castas" de pessoas "mais iguais que as outras", para retomai relevancia para os seres humanos. Acrescento outra virtude, a da generosidade. Ela consiste em dar a outrem

A terceira e última virtude que elejo é a honra. O que me faz escolhê-la não é, como para o caso da justiça e da generosidade, uma consideração axiológica, mas sim uma decorrência da abordagem psicológica que estou submetendo ao leitor: o auto-respeito é, na verdade, a própria honra, ou melhor dizendo, corresponde a um sentido fundamental da honra: o valor moral que a pessoa tem aos próprios olhos e a exigência que faz a outrem para que csse valor seja reconhecido e respeirado.

Descartemos, portanto, os outros sentidos possíveis da honra. Não estov falando em "honrarias", formas de distinção que se fazem a determinadas pes-

auto-respeito. Vê-se assim que a abordagem teórica aqui assumida, ao sublio sentimento de vergonha e a moralidade (La Taille, 2002). Basta aqui deixar nhar a importância do auto-respeito nas ações morais, reencontra o tema clás que se fala quando falamos de uma pessoa que ela é "honrada", e, pela negada reputação, ou "honra-exterior"). É dessa honra-interior, ou honra-virtude nome de um ideal moral do qual se considera representante (e não em nome claro que estou falando na chamada "honra-interior" (ver Piti-Rivers, 1965 que pode assumir a honra, remeto o leitor a meu livro sobre as relações entre ação "sem honra", já que covarde). Para maiores análises dos variados sentidos virilidade para homens e pelo pudor para as mulheres. Finalmente, não estou insultuosa. Não estou falando na honra da moral sexual, que se traduz pela em nome da qual desafiava-se em duelo o autor de alguma consideração sico da houra. honra". Ora, esse sentimento do próprio valor moral é o que chamamos de ção, que dizemos de uma pessoa que cometa infrações morais que ela "não tem Bourdieu, 1965), ou seja, aquela por intermédio da qual o indivíduo age em realizá-las "com honra": por exemplo, ferir alguém que proteriu um insulto falando nas ações que se fazem "em nome da honra", mas esquecendo-se de soas. Não estou falando em "reputação", como na antiga honra cavalheiresca (ação em nome da houra), mas sem lhe dar a chance de se defender (portanto,

escothemos. A homa restringe-se à qualidade das ações humanas, portanto à em geral a condições materiais (comida saudável e em boa quantidade, moraque todas as pessoas têm o direito a "condições dignas de vida", referindo-se priori. Porém, dificilmente se poderá dizer que um criminoso covarde deu quer pessoa, mesmo o criminoso mais cruel, deve ser tratada de forma digna -dignidade, não necessariamente. Por exemplo, quando se diz que toda e quale não aquele de "dignidade", mais corrente, nos dias de hoje. Escolho falar em sentenças como "ele agiu de forma honrada" e "ele agiu com dignidade"? Necategórico kantiano que serve de premissa básica aos conteúdos morais que E por essa razão que o termo dignidade associa-se perfeitamente ao imperativo um direito básico, não as qualidades morais das ações das pessoas concernidas. dia minimamente confortável, salubre, etc.), o que está em jogo, novamente, é mostras de que agiu segundo a honra-virtude. Outro exemplo: quando se diz assumido acima -, se está falando de um direito que todo ser humano tem a com o que concordo totalmente, pois é decorrência direta do imperativo kantiano honra por uma razão básica: a honra de uma pessoa depende de suas ações, tar por que prefiro empregar o termo "honra", que se presta a mal-entendidos, nhuma, pois ambas remetem ao valor moral da ação. O leitor poderá pergunperfeito sinônimo de honra. Com efeito, qual seria a diferença de sentido entre to em "dignidade". Porém, o conceito de dignidade pode ser empregado como cadente", como diz Harkot-de-La-Taille (1999). Em componsação, fala-se mui seu merito moral É verdade que o termo "honra" tem caído em desuso, que é uma "estrela

implica experimentar o auto-respeito, logo, agir com honra. Dito de outra forma, uma vida feliz, para merecer o qualificativo de ética, moral e ético, e com a honra um valor que tanto inspira a moral quanto a ética. Em suma, temos com o auto-respeito um sentimento que une os planos

trem), da reciprocidade e cooperação (com outrem) e da justiça, notadamente em instituições justas" (Ricoeur, 1990, p.202). Estão, nessa bela definição, con-Ricoeur dá ao que chama de perspectiva ética: "a vida boa, com e para outrem, colocar o valor honra entre aqueles que dão sentido à sua vida, pode, de fato, capaz de sensibilizar-se pelo auto-respeito, portanto intimamente disposta a pensada no nível político (instituições justas). Penso que somente uma pessoa templadas as dimensões da felicidade (vida boa), da generosidade (para ourealizar tal perspectiva ética Acabo a exposição dos conteúdos morais eleitos com a definição que Paul

#### 

intelectuais e afetivas da moralidade. para dar o quadro geral no qual iremos falar, daqui para frente, das dimensões Resumamos os conceitos centrais da abordagem teórica aquí proposta

- Fizemos uma distinção entre moral e ética, definindo, no aspecto formal, o plano moral como sendo aquele dos deveres, e o plano ético, como aquele da definição e da busca da "vida boa".
- Ņ como invariante do plano moral, e a busca de expansão de si próprio Identificamos, no plano psicológico, o sentimento de obrigatoriedade como invariante no plano ético.
- ω Lembrando que o "dever" equivale a um "querer", e que o "querer" depende do "ser", definido como conjunto de representações de si colocamos a energética que preside as ações morais no plano ético: a busca e/ou manutenção de representações de si com valor positivo
- 4. Chamamos de auto-estima toda e qualquer experiência de representações de si com valor positivo, e de auto-respeito aqueia que con templa valores morais.
- Ņ equidade), a generosidade (dar a outrem o que lhe faz falta) e a Do ponto de vista dos conteúdos, escolhemos a justiça (igualdade e honra (tradução moral do auto-respeito).
- Ó O sentimento que opera a junção entre a moral e a ética é o auto
- O valor que opera a junção entre moral e ética é a honra

apenas uma das duas como ño condutor. Minha escolha recai sobre a moral ética. Mas como moral e ética relacionam-se intimamente, cabe-nos escolher Podemos, agora, analisar as dímensões intelectuais e afetivas da moral e da

- Creio ser útil marcar a diferença entre pulsões e sentimentos, ambos referentes à a teoria de Piaget para a evolução intelectual do ser humano, e a psicanálise para a dos e nomeados pela inteligência, implica que são fruto de elaborações psiquicas na consciência, como, por exemplo, o amor, a vergonha, a inveja, a culpa, etc. O conta de toda a dimensão afetiva, ou se ela é essencialmente um estudo das pulsões, dimensão afetiva. Porém, é legítimo perguntar-se se a psicanálise realmente dá to para notar que, em vários cursos de psicología do desenvolvimento, ensinam-se mais, apenas motivados por instintos que se impõem incondicionalmente. Aproveique os torna passíveis de um trabalho psicológico capaz de modificá-los, atenuá fato de os sentimentos serem representados pela consciência, portanto identificapulsões são forças inconscientes, enquanto os sentimentos são sua representação dimensão afetiva, logo, à energética (ou motivação, se quiserem) das ações. As das determinações inconscientes, e não dos sentimentos. los, sofistică-los. Houvesse somente pulsões, os indivíduos se assemelhariani a ani-
- O Na França, o nome de Jules Ferry, ministro da Educação de 1879 a 1883, está a respeito da recente proibição do uso de símbolos religiosos ostensivos nas escolas colocando na lousa frases bíblicas, na intenção de dar uma lição de moral a seus de mostrar que tal educação é possível. Interessante notar que, no Brasil, a lateidade, associado a uma reforma educacional de monta: a gratuidade, a obrigatoriedade e ria na educação moral. Limito-me aqui a dizer que concordo com Durkheim quanraramente as pessoas se perguntam se uma formação de valores é realmente possí embora legal, não parece representar um real valor entre os educadores. Relataescola. O trabalho de Durkheim sobre educação moral teve justamente o objetivo vários se perguntavam, temendo o pior se a referência a Deus fosse banida da respeitosas das normas morais sem cuidar de sua formação religiosa? Eis o que notadamente em razão de questões morais. Como seria possível formar pessoas público totalmente desvinculado da religião, causou polêmicas na época a laicidade do antigo ensino primário. O tema da laicidade, ou seja, o de um ensino suspeitos (e outras não). Logo, a questão religiosa não é decisiva para explica irreprocháveis (e outros não) e que há pessoas religiosas com comportamentos go). Qualquer um pode verificar que há ateus com comportamentos morais vel sem apelo a religião, ou, de forma mais branda, se o ensino religioso não ajuda públicas. Minha experiência pessoal de contatos com educadores mostra que não temporânea, atitudes semelhantes causariam polâmica, haja vista a atual celeuma alunos, sem que isso choque os demais membros da comunidade. Na França conram-me várias vezes que professores de escolas públicas comoçam seu dia de auia comportamentos morais. (embora não concorde com as opções teóricas e pedagógicas do eminente sociólodo afirma que é perfeitamente possível uma educação moral sem referência a Deus
- Ġ Na verdade, os conceitos de superego e ideal do ego remetem a funções diferentes O primeiro refere-se a normas de condula, o segundo a ideais, a valores. Embora o que também implica escolhas do que seja o Bem (função do ideal de ego) bia que o tema moral não se limita a obediência a regras (função do superego), mas próprio Freud não aprofunde essa distinção de funções, pode-se interir que perce-
- E importante destacar o fato de Kohlberg ter vivido as terriveis experiências da estimularam Kohlberg a aprofundar os estudos de psicologia moral, tanto para ram uma pá de cal sobre a crença no possível aperfeiçoamento moral dos homens, Segunda Guerra Mundial. Os acontecimentos dessa época, que, para muitos, joga-

- judeus a fugir à perseguição nazista. sim por engajamento ético. Lembremos que durante a barbárie européia ele ajudou vel. Ele certamente não se dedicou à moral por mera curiosidade intelectual, mas mostrar que a autonomia é possível, quanto para provar que é dificilmente alcançá
- Aproveito para comentar o fato de que, hoje em dia, a articulação entre as dimenmos ter consciência de que exceções existem e que elas até são mais interessantes que pode valer para praticamente todas as atividades humanas e, por outro, deveentre razão e afetividade na vida moral. Por um lado, trata-se de uma observação tos em que estão "de bem com a vida", certas pessoas mostram mais disponibilidaentre elas o juízo moral. Com efeito, se nos limitamos a observar que, em momenurira à alirmação de que estados afetivos interferem nas competências racionais sões racionais e afectivas tem sido muitas vezes feita de forma superficial, pois respara a variabilidade contextual de diversas competências, entre elas as morais, em suposta "inteligência emocional" – salvo se queira limitar-se a dar nome pomposo plesmente nela não interferem? Em suma, parece-me que não adianta falar numa angustia aguçam o poder criativo, a força intelectual e a disposição moral, ou simdo ponto de vista psicológico: por que será que, para alguns, a dor psíquica, a quando tristes, não contribuímos muito para desvendar os segredos da articulação tipo de sofrimento psíquico, mostram-se mais generosas quando alegres do que de para agir de forma moral do que em momentos no quais expenimentam algum vontade de agir segundo seus ditames. vez de lançar, de fato, alguma luz sobre as articulações perenes entre o juízo e a
- Ò Ellior Turiel vai até mais longe que Piaget e Kohlberg: afirma que mesmo crianças do bem-estar. Explico-me sobre esse ponto no Capítulo 3. ao bem-estar das pessoas) das normas convencionais (hábitos religiosos, por exem-Freud, Piaget e Kohlberg, mas não reduzo a análise à única perspectiva da justiça e as crianças menores são mais sofisticadas moralmente do que pensavam Durkheim, sofisticação precoce do juízo moral é universal. Pessoalmente, também penso que plo). As pesquisas que realizou em várias culturas mostram, segundo ele, que essa pequenas mostram-se capazes de diferenciar normas morais (atinentes à justiça e
- Os Farâmetros Curriculares Nacionais (PCNS) apresentam um documento (um dos as palavras infelizmente tém peso considerável e exagerado na vida política (vide o chamados "temas transversais") intitulado "Etica". Seu conteúdo pode associar-se a título "Etica" deveu-se essencialmente ao perigo político que havia em "requentar" Moral, porque é disso que se trata (a questão dos deveres é central). A escolha do vimento da autonomia moral. Porém, poderia muito bem se chamar de Educação uma definição de ética, pois traduz uma posição pedagógica que preza o desenvolatual "politicamente correto"). reterência à moral, mas fui voto vencido. Aliás, não insisti muito, consciente de que da elaboração dos PCNS, cheguei a propor que o documento tivesse no título a os termos de uma proposta anterior bem conhecida de todos. Enquanto consultor
- ĺω Dupréel (1965) reserva o nome de eudemonismo apenas às teorias que pressu-"idealistas" àquelas que definem, elas mesmas, o que é a felicidade (uma espécie de pôem um homem naturalmente consciente do que seja a felicidade, e o nome de ideal intelectualmente concebido).
- ,o Note-se que o termo "deontologia" também é empregado em referência aos deve no Dicionário de ética e filosofia moral (2004), o adjetivo deontológico tem sido Etimologicamente, a deontologia é a "ciência do dever", e, como o escreve Berter res que regem uma prolissão atribuído à filosofia moral que considera os deveres como bons em si mesmos

- 10, Max Weber (1912/1963) participou do debate cunhando as expressões "ética da Embora eu não seja jurista, ouso fazer o seguinte comentário: tenho a impressão de entre abordagens deontológicas e teleológicas também adentra o contexto político dos Unidos (2005), afirma que a indecisão de alguns países europeus (como a cias prováveis destas. Weber afirma que o trabalho dos políticos deve ser inspirado que, nos dias de hoje, tende-se a colocar sob forma de lei jurídica normas que, que levou o mundo a catástrofe da guerra de 1939 a 1945. Como se vé, o debate França), a respeito de o que fazer para derrotar o terrorismo, assemelha-se àquela guerra do Iraque, e Condoleezza Rice, chefe do Departamento de Estado dos Estaamericano de G. W. Bush também falou em convicções morais para justificar a trato com Hitler, e que levou à situação irreversível de guerra mundial. O governo plo da falta de convicção moral que acometeu dirigentes do mundo inteiro no seu pela élica da responsabilidade, portanto pelo cálculo dos beneficios e perdas decorveres absolutos e a segunda julgaria o valor das decisões em função das conseqüênconvicção" e "ética da responsabilidade". A primeira adotaria a perspectiva de de ra que, em certas circunstâncias, a ética da convicção é necessária: ele dá o exemrentes das decisões tomadas. Dahrendorf (1997), também na área política, ponde
- quase sempre em torma de pagamento. Antigamente, rais situações eram resolvi poder judiciário para obter reparações. A pessoa sente-se atingida por alguma refleantes, restringiam-se ao âmbito moral. Penso, por exemplo, nos chamados "danos morais", em nome dos quais um número cada vez maior de pessoas mobiliza das entre os envolvidos. xão alheia e aciona a justiça para que o dano seja reparado – e o mais interessante:
- Vercors (1942) Le silence de la mer. Paris: Editions de Minuit.
- ш ш СО № O conforto material, que deveria apenas liberar os homens de tarefas penosas para Os amúnicios publicitários procuram cada vez mais associar a posse do produto objeto as ávidas por comprar do que contentes com o que possuem se com ela: o meio coma-se fim em si mesmo. Ora, basta olharmos em nosso entorno que possam melhor dedicar-se à busca de uma vida significativa, acaba confundindoconsumo na qual vivemos é, naturalmente, um engodo do ponto de vista psicológico de propaganda e o alcance de uma vida feliz. Tal materialismo típico da sociedade de para verliicar o quanto as incessantes idas a *shoppings* parecem mais tomar as pesso-
- A corrente ética que responde pelo nome de estoicismo, ao identificar felicidade e superior a ela. Trata-se, como o escreve Maritain (ver Dupréel, 1967), de uma mesmo na dor, não por poder deixar de sentir a dor, mas pelo fato de a virtude ser sobre-humano da razão virtude, e derivando essa última da pura vontade, afirma a possibilidade de ser lelíz proposta de "atletismo espiritual", da afirmação orgulhosa do poder praticamente
- <u>س</u> ان Em seu pequeno livro sobre a "conquista da felicidade", Bertrand Russell (1962) erradamente aspectos essenciais da vida. E como fazer para ser feliz? Também celência, porque tememos a opinião pública, etc., portanto, porque interpretamos somos infelizes? Porque sentimos inveja, porque confundimos competição com exjuntos de causas claramente identificados com interpretações subjetivas. Por que realinhando nossas interpretações e sentimentos: cultivando nossos interesses, desabrofala em causas da infelicidade e em ourras para a felicidade, sendo ambos os conchando nossa afeição por outrem, procurando a perfeição em nossas atividades, etc
- Ď, A aposentadoria compulsória certamente não foi inventada para obrigar as pessoas
- <u>,</u> \_\_] Remeto o leitor às interessantes análises de Michel Foucault (1999) a respeito dos processos históricos que, no final do século XIX, colocaram a sexualidade (via

- problematização da masturbação infantil) e a referência ao instinto no centro das explicações da psiquiatria a respeito dos "anormais".
- 18. Existe um certo romantismo a respeito do heroísmo dos soldados que saem das trincheiras para arriscar as suas vidas na defesa da pátria. Muitos somente suportam encarar a morte dessa forma porque previamente dopados, notadamente com álcool. Permito-me um depoimento pessoal. Meu avó materno, ex-combatente da Princeira Guerra Mundial, e que gostava de contar as histórias vividas nos campos de batalha de 1914 a 1918, freqüentemente se referia à necessidade dos soldados de esquecciem a terrível ameaça de morte à qual estavam submetidos.
- 19. Não necessariamente um só e mesmo sentido da vida nos acompanha durante toda nossa existência. Pode acontecer de mudarmos, até radicalmente, nossa maneira de interpretar nossa razão de viver. Por exemplo, religiosos podem tornar-se ateus, e vice-versa: tais mudanças certamente caracterizam guinadas importantes nos sentidos da vida assumidos.
- 20. Outro motivo possível para o atual "desencantamento" do mundo ralvez seja a força crescente das explicações científicas, notadamento biológicas: as ações do ser humano seriam produtos de leis que as determinam, sendo sua consciência e intencionalidade meras ilusões. O homem seria uma espécie de "máquina neurológica", cujo funcionamento seria redutível a um jogo de forças químicas. O "para que viver?" pode se considerado pergunta inútil se a resposta dada em nada puder influenciar as tomadas de decisões de como viver.
- 21. O romancista Alexandre Dumas comenta em seu romance Les Mohicans de Paris (Paris Gallimard, 1998) que, em séculos anteriores (ele escreveu no século XIX), as pessoas não se suicidavam: se algum acontecimento lhes causasse extremo desgosto pela vida, elas abandonavam radicalmente suas atividades habituais, e refugiavam-se em outras, longe dos objetos ou pessoas causas de seu desespero. As mulheres entravam num convento para desse claustro nunca mais sair, e o homens exilavam-se nas colômias, em viagens sempre arriscadas, das quais freqüentemente não voltavam. Tais formas de abandono de antigas formas de vida traduziam a perda de um sentido para a vida e a eleição de outro. Sem essa possibilidade socialmente dada de troca de sentidos, restaria somente, escreve Dumas, a morte. Note-se que se deve levar também em conta o fato de, naquela época, dar-se a morte voluntariamente cra expressamente profibido pela religião: era gravíssimo pecado que privava seu autor da perspectiva de uma vida ao lado do Senhor. Até hoje, a Igreja Católica condena expressamente o suicídio, mas sem grande sucesso, justamente, por fazerem falta alternativas simbolicamente significarios de se necessor acustas.
- zerem falta alternativas simbolicamente significativas de se permanecer em vida. 22. Cabe fazer aqui uma referência especial ao papel da religião: penso que a grande atração que exerce sobre a maioria das pessoas não decorre apenas do fato de ela fornecer uma explicação para a morre e para a dor (os designios sempre bons de Deus): decorre tranbém de uma atribuição a priori de valor pessoal aos fiets, que se vêem a si próprios como objetos privilegiados da atenção divina, ou ocupando um lugar em uma ordem cósmica. Para empregar uma expressão muito em voga nos dias de hoje, a religião confere auto-estima a quem a ela adere. Mas tudo não esrá dito assim, sobretudo no que tange às religiões cristãs. Pode-se dizer que elas às vezes retomam com uma mão o que deram com a outra: ao pregar a miséria da alma humana, ao falar em pecado original, ao insistir na noção de culpa e castigo, podem muito bem humilhar o fiel e fazer com que veja a si próprio como ser exectável, não merecedor das graças divinas e destinado irremediavelmente às chamas do inferno.

- Pode haver rambém uma interferência da moral na ética quando se normatiza, de quedos costumeiramente dado às meninas, tal como boneca, panelinhas, adolescência, hoje em dia, não estimulam brincadeiras de mãe, mas sim a projeção – precoce – na fogãozinhos, mamadeirazinhas, etc. Note-se que bonecas tipo Barbie, tão na moda uma aluna que, de forma sarcástica, chamou de "kit escrava" o conjunto de brin educação reservadas às meninas desde pequenas. Lembro-me particularmente de tro algumas "desconfiadas" de que se trata de uma crença decorrente das formas de alunas de graduação, a grande maioria responde que tal instinto existe. Mas encon pelo menos o que sou levado a crer, pois cada vez que pergunto a respeito às minhas te notar que muitas jovens adultas acreditam na existência do instinto materno. É "más mäes", porranto, julgam-se moralmente por sentirem-se infelizes. Interessannão se sentirem realizadas apesar de rodeadas de filhos. Vêem a si próprias como opções de vida, seja porque vivem com um semimento de culpabilidade o fato de muitas mulheres infelizes, seja porque não se deram o direito de pensar outras vidas se não casarem e tiverem filhos. E como resultado prático, certamente há tam elas mesmas serem destinadas a ser mãos, acreditam que não realização suas a posição da mulher na cultura. Pela minha experiência, muitas mulheres acredi privados, e inventa-se uma suposta qualidade natural do ser mulher para legitimar berços e panelas, que sua contribuição à sociedade é garantir a solidez dos espaços que uma mulher "é feita" para procriar, que seu lugar legítimo é o lar, com seus trate de uma norma moral disfarçada em rese biológica: pensa-se ideologicamente que preside a afirmação da existência de tal instinto, é mais que provável que se genes! Tratar-se-ia de uma norma natural. Contudo, haja visto a fraqueza teórica procinar e cuidar da prole. Els uma opção de "vida boa" supostamente inscrita nos existência de um instinto materno. Se tal instinto existir, é normal pensar que uma cias são sempre indevidas. Pensemos, por exemplo, na tese mais que suspeita de uma maneira ou de outra, o que vem a ser a felicidade. Contudo, essas interferên mulher somente pode ver sentido na sua vida e realizar a expansão de si própria se
- O utilitarismo de Mill explica os sentimentos altruístas por uma espécie de extensão a outrem dos sentimentos egoístas (que seriam anteriores, genericamente falando, aos altruístas). Tal tese psicológica é bastante estranha, e dela não compartilho. Veremos no Capítulo 3 que egoísmo e altruísmo compõem-se no despertar do senso moral.
   Toda a discussão em torno das "cotas" nas universidades brasileiras para altruos
- oriundos de escolas públicas ou pertencentes à "raça" negra ou a diversas etnias indígenas gira em torno da oposição entre equidade e privilégio. Para aiguns, a política do cotas, que implica tratamento diferenciado, é justa por respeitar o princípio da equidade. Para outros, ela é injusta por privilegiar algumas pessoas em detrimento de outras. Limito-me a dizer que acho tal política problemática, pois a equidade implica, sem dávida, colocar direitos especiais para pessoas em condições desfavoráveis, mas não implica, para tamo, retirar direitos às demais. Ora, a política das cotas dá a um o que se retira de outro, portanto, não torna os desiguais iguais, não reequilibra a baiança social, mas muda o pólo da desigualdade.